



ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL
CABECEIRAS DO ARICANDUVA

Dia 04 de setembro de 2025, quinta-feira, das 14h00 às 17h00
Reunião on-line

Conselheiro(a)s Presentes:

Sociedade Civil	
Roseli Alves dos Santos	Titular
Entidade/ Coletivo- Representante	
Sociedade Ambientalista Leste "SAL" - Norma Megumi Hirata	Titular
Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste "FDLZ" - José Ulisses Bezerra de França	Titular
Poder Público	
Secretaria do verde e Meio Ambiente – CGPABI/DGUC - Danuta Maria de Mattos Vassão	Titular
Secretaria do Verde e Meio Ambiente – CGPABI/DGUC - Tiago de Andrade	Suplente
SVMA- Trabalhadores – Tatiele Viviane dos Santos	Titular
Subprefeitura Cidade Tiradentes - Rosa Aparecida Apolinário	Titular
Subprefeitura São Matheus – Vicente Domingos Moreira	Suplente
Demais participantes	
Almir Santos – Sociedade Civil	

André Silva - MDF
Ângelo Iervolino – Sociedade Civil, Sociedade Ambientalista Leste “SAL”, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste “FDLZ”
Anita Correia de Souza – Diretora SVMA/ CGPABI/ DGUC
Bruna Regina de Jesus – SVMA/ CGPABI/ DGUC
Carla Simone Tafuri Marques - Sociedade Civil
Carlos Thadeu Couceiro de Oliveira – Sociedade Civil
Cassia Cezar - Sociedade Civil
Diego de Oliveira Pires – SVMA/ CGPABI/ DGUC
Eleni Rocha - Coletivo Jurubatuba Mirim
Elisabeth Grimberg – Instituto Pólis
Evelyn Dias – CADES Mooca / Movimento socioambiental
Felipe Hoffmann Paulino – Sociedade Civil
Fernando Deli – Movimento em Defesa do Vale do Aricanduva (MDVA)
Gladys – Sociedade Civil
Gorette – Sociedade Civil
Hildeni Antonio Gomes Junior - Frente Contra a Ampliação do Aterro Sanitário São Mateus
Isabelly Vitorino – Mandato Juliana Cardoso
Julia Silva Costa – Sociedade Civil, FCZL

Juliana Souza - SP Regula
Kelly Maeli de Araujo – Sociedade Civil
Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora de CGC/SVMA
Luiz Felipe Lopes Soares – Sociedade Civil
Manoel dos Santos Almeida – Sociedade Civil
Marco Dalama - CUT-SP
Maurício de Alcantara Marinho - SVMA/ CGPABI/ DGUC
Maysa Fernandes Santaella – Sociedade Civil
Maíra Soares Galvanese – SVMA/ CGPABI/ DGUC
Nanci Darcolléte - Pimp My Carroça
Patrícia Marra Sepe – Mandato Vereador Nabil Bonduki
Renata – Sociedade Civil
Sonia Martinez – Sociedade Civil
Thais Passos – Sociedade Civil
Vilma da Mota – Mandato Vereador Toninho Vespoli e Conselheira Saúde
Wellington Favaro - SVMA/ CGPABI/ DGUC

Conselheiro(a)s Faltantes:

Sociedade Civil		
Nome do frequentador(A)	Titular/ Suplente	Justificativa
Sebastiana Soares Leite	Suplente	-
Jéssica da Silva Nunes	Titular	(Trabalhando)
Poder Público		
Subprefeitura Cidade Tiradentes - Rafael Pereira Barbosa	Suplente	-
Subprefeitura São Mateus – Manuel Antonio Lopes	Titular	(Exonerado)
SVMA – Trabalhadores do PNM Cabeceiras do Aricanduva – Leandro Costa Santos	Suplente	(Desligado do parque)

CRENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença e o registro fotográfico foram realizados a contento, conforme orientado pela Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020.

1. PAUTA DO DIA

I. Votação da Manifestação do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva sobre Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL Fase 6.

PAUTA I

A reunião foi iniciada pela presidente Danuta, CGPABI/DGUC, que apresentou a pauta única da reunião: Manifestação do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva sobre Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL Fase 6. Explicou que esse documento é a versão unificada da minuta com as contribuições do GT formado, dos conselheiros e outros participantes, a ser encaminhada para a Cetesb, e que a votação de hoje refere-se à aprovação da redação desse documento. Explicou que o cronograma planejado para a reunião é: leitura do documento, abertura para falas e votação pelos Conselheiros. Explicou que será colocado um limite de 2 minutos no tempo das falas. Também solicitou respeito e ordem dos participantes em suas falas e citou a presença da Coordenadora de Gestão de Colegiados, Liliane Neiva, que estava presente para auxiliar a mediar a reunião. Em seguida, a própria Liliane se apresentou e se colocou à disposição para auxiliar o Conselho.

Após as apresentações, a participante Beth, Instituto Pólis, questionou sobre a aprovação do documento, se poderia ser uma reprovação. Danuta explicou que a aprovação é do documento, não necessariamente do empreendimento, uma vez que o teor da manifestação ficará a critério dos Conselheiros.

Beth questionou como se daria a aprovação do documento, no caso de haver discordância sobre seu conteúdo. Danuta explicou que seriam debatidas as discordâncias, mas que os votantes seriam apenas os conselheiros.

O participante Fernando Deli, MDVA, solicitou uma explicação prévia dos últimos eventos para os presentes que não estavam integrados do assunto da reunião. Danuta acatou a sugestão, contextualizou e resumiu como se deu a construção da presente minuta. O Sr. Fernando Deli complementou essa contextualização.

Na sequência, foi dado início à leitura e à apresentação do documento pela presidente Danuta aos participantes da reunião. Ao finalizar a leitura da parte inicial da minuta: o cabeçalho, a Contextualização e as Considerações, até a parte do texto em que está escrito que o Conselho delibera por manifestar-se FAVORÁVEL ou NÃO FAVORÁVEL. A presidente destacou que este é o ponto central do documento e que o Conselho deveria decidir como irá se manifestar, podendo até optar por uma redação mais “impessoal” do documento.

A participante Beth questionou o que seria tal impessoalidade e a presidente explicou que seria um texto em que o Conselho não expressa ser FAVORÁVEL nem DESFAVORÁVEL.

Beth questiona por que o Conselho deveria se manifestar dessa forma, e Danuta explica que o texto é apenas do modelo enviado, que foi um texto neutro, mas que os conselheiros presentes podem manifestar-se como quiserem.

A participante Roseli, conselheira representante da Sociedade Civil, concorda com as colocações propostas pelo Sr. Fernando Deli ao documento, e explica que não é o momento do Conselho se manifestar como favorável ou não, pois ainda não teve o recebimento das informações completas sobre o empreendimento e, pela falta de informação técnica, não há como se manifestar. Expressa que por isso concorda com uma redação em que não seja usado o termo “favorável” nem “desfavorável”. A presidente explicou que o prazo para a manifestação não é estipulado pela presidência do Conselho, e que, apesar da falta de informações sobre o empreendimento, a falta de manifestação do Conselho dentro do prazo estipulado pode significar a perda da chance de manifestação, o que pode ser entendido pelo órgão licenciador como opção do Conselho por não se manifestar.

Os participantes Hildeni e Patrícia expuseram a necessidade de debate amplo acerca do tema, incluindo a população, e que são contrários ao empreendimento.

A participante Maíra ressaltou que quem delibera sobre o empreendimento é o órgão licenciador e que cabe a ele acatar ou não a manifestação prestada pelo Conselho Gestor e que a reunião deve estar limitada a discutir a Ampliação do Aterro – Fase 6 e não à Unidade de Recuperação Energética (URE) ou Ecoparque. Também reiterou que é melhor uma manifestação do Conselho do que a ausência de dar um posicionamento. Acrescentou que, dada a decisão do Conselho sobre o documento, ele será respeitado e encaminhado na íntegra sem alterações.

O participante Fernando explicou sobre a tentativa no passado de que houvesse novo encaminhamento ao Conselho pela Cetesb, seguindo a Resolução CONAMA, após esclarecimentos pelo empreendedor e pela própria Cetesb, passando a contar o prazo a partir do recebimento de esclarecimentos. Porém, quando foi determinado um prazo final para a manifestação, houve um movimento de todos para que seja feita uma manifestação, mesmo que sem as condições ideais.

Na sequência, o participante Ulisses se posicionou destacando que não é correta a fala de que a execução do empreendimento seja inevitável, como é indicado pela leitura do documento, também não acha correto o tempo transcorrido para que seja feita a manifestação do Conselho Gestor e muito menos a pressão exercida pelo Poder Público para que tal manifestação seja elaborada. Falou que há irregularidades na execução do empreendimento pela Ecourbis, dando destaque às compensações realizadas em áreas que vão sofrer supressão novamente, e ao crime de reserva de mercado.

A participante Patrícia falou da importância do Conselho deixar claro seu posicionamento, se favorável ou não, lembrando que há impactos ambientais cumulativos que estão sendo desconsiderados no EIA/RIMA.

A participante Beth falou sobre o descaso com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), que não está em cumprimento e o que ocorre são apenas soluções emergenciais. Também questionou sobre a liminar que suspende o macrozoneamento. A presidente explicou que as mudanças no macrozoneamento e o cumprimento do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos estão para além das atribuições do Conselho Gestor.

A participante Norma tomou a palavra e sugeriu a troca do termo “inevitável” no texto, referindo-se ao trecho “Entendendo-se que o empreendimento é inevitável”, pois dá a sugestão de iminente execução do empreendimento e reforçou que o posicionamento sobre o empreendimento demanda amplo debate público e cumprimento das medidas de recomendação caso seja executado.

A palavra foi passada para a participante Anita, diretora da Divisão de Gestão de Unidades de Conservação - SVMA: explicou que está fora do domínio da Secretaria do Verde a gestão/destinação de resíduos sólidos da cidade e que, pela presença de uma representação da SP Regula na reunião, seria mais interessante que esses esclarecimentos fossem feitos por parte dessa representação.

A representante da SP Regula, Juliana, presente na reunião, não se manifestou, e na sequência a participante Beth voltou a questionar sobre a liminar que impedia a movimentação de terra para utilização no aterro sanitário. A participante Patrícia explicou que no PL aprovado para mudança do macrozoneamento foi incluído um “jabuti” alterando o “PSIU”, alterando a regulamentação de eventos de show na cidade. A população afetada abriu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que tornou inconstitucional

apenas este artigo que trata sobre ruído, e que a mudança do macrozoneamento segue válida; também reforçou que o fracionamento do licenciamento ainda está sendo questionado.

Na sequência, a presidente Danuta retomou a leitura do documento, elencando as medidas de mitigação propostas na minuta. Na leitura do item 6, que indica o aumento de potencial risco de incêndios por conta do empreendimento, e conseqüente sugestão de que o empreendedor realize o custeio dos EPIS das brigadas de incêndio, a participante Norma disse que poderia ser simplificada essa lista de equipamentos para kits de brigada de incêndio. Patrícia sugere resumir o item, “conforme Termo de Referência a ser apresentado por SVMA”, não havendo necessidade de transcrever todas as especificações no presente documento. A presidente Danuta explicou que é importante manter a especificidade desses equipamentos, já que são itens específicos para combate a incêndios e sua especificação foi definida por equipe especializada, e acata sugestão da Sra. Patrícia.

O participante Hildeni destaca que ações para favorecer a reciclagem estão sendo feitas há pouco tempo. Danuta cita que esta situação está contemplada no histórico proposto pelo Sr. Fernando Delí, quando cita o mau planejamento da gestão como um todo e a urgência gerada por isso.

A participante Patrícia explica que é importante citar no texto as metas não cumpridas do PGIRS 2012.

A participante Beth também destacou que já havia uma previsão de implantação do Ecoparque, porém o incinerador e a URE não estavam previstas no PGIRS. Danuta coloca um item nos Considerandos para falar sobre o PGIRS, item que deverá ser melhor elaborado antes da aprovação do documento.

Danuta continua a leitura do documento.

O participante Ulisses pede a palavra e diz que servidores públicos vinculados à Ecourbis trouxeram inverdades em suas declarações na reunião

de esclarecimentos sobre o empreendimento realizada no dia anterior, 03/09/2025, e que a sociedade civil deveria exigir falas verdadeiras e que esses funcionários respondam pelas inverdades ditas com sua demissão automática. Explica sua colocação, colocando que funcionários da empresa Ecourbis são funcionários públicos contratados porque a Ecourbis presta serviço público.

Danuta retomou a leitura do documento na sequência das propostas de mitigação.

Finalizada a leitura, foi passada a palavra para o participante Hildeni, que informou sobre os impactos ambientais que podem ocorrer sobre o Monumento Natural próximo ao aterro e pede aos conselheiros o indeferimento do empreendimento.

Na sequência, a participante Patrícia indicou preocupação com o aumento da vazão do Córrego do Limoeiro após a ampliação. Explicou que a proposta para mitigar tal impacto é a construção de dois piscinões; e que na reunião do dia anterior perguntou se havia cronograma de construção desses piscinões, mas obteve respostas evasivas. Sugere que o Conselho exija que seja apresentado o projeto em detalhes e que os piscinões sejam construídos logo, para evitar acúmulo e escoamento de água e lama na vizinhança. Sugere que o conselho exija que seja esclarecido, dentre as 63.000 árvores, quantas são fruto de compensação de fases anteriores do aterro, e questiona se a compensação para tais exemplares deveria ser maior. Fala sobre o relato da reunião do dia anterior, na qual foi citado que foi comprada uma área pela Ecourbis do outro lado da Avenida Sapopemba, a oeste, e que a empresa estaria com dificuldades de passar a matrícula, e desconfia que essa suposta dificuldade seja na verdade articulação para reserva de área para futura expansão do aterro ou de outras instalações, apesar da Ecourbis ter negado tal suposição; nesse sentido sugere colocar como exigência que essa área seja registrada na matrícula do cartório como uma

Reserva Legal Urbana, sendo proibido o corte de vegetação e que a área seja doada para a Prefeitura de São Paulo. E finaliza com a sugestão de inclusão do Monumento Natural como área de compensação ambiental, porque não terminaram de implantar.

Danuta solicita que Patrícia auxilie na elaboração dos itens sugeridos pela Patrícia.

Maíra explicou que no documento de resposta da Ecourbis à solicitação de esclarecimentos pelo Conselho, sobre o córrego Limoeiro, consta o volume dos reservatórios e cita que os reservatórios previstos reduziram a vazão em 22% considerando tempo de retorno de 100 anos, e sugeriu incluir essa informação na elaboração do item a ser colocado na manifestação do Conselho.

Danuta pede que Patrícia e Maíra elaborem juntas os itens propostos enquanto os demais participantes tomam a palavra.

A participante Eleni ressaltou que o documento deveria ser mais firme e colocar a contrariedade da sociedade civil ao empreendimento; falou sobre o racionamento de água e gestão de nascentes e avaliou que a Ecourbis deveria estar recuperando as nascentes, e não o contrário. A presidente Danuta ressaltou que seria interessante que as colocações fossem transformadas em medidas propostas a serem incluídas diretamente no documento para complementar a manifestação e pediu à participante que tentasse elaborar.

A conselheira Roseli apontou que o documento foca apenas nas 63.000 árvores a serem suprimidas, mas deveria incluir toda a vegetação nativa e epífitas, já que o impacto real é maior. Danuta explicou que esse levantamento de informação segue apenas o exigido pelo processo de licenciamento. Explica também que existe uma consideração do dano não mitigável decorrente do empreendimento, que não tem como recuperar, por isso é compensado em dinheiro, aplicando-se a lógica do poluidor-pagador,

que pode ser questionada sim, mas que deve extrapolar os limites deste Conselho, já que o empreendedor busca atender ao preconizado pela legislação atual.

Roseli também sugeriu incluir um item sobre a inclusão de catadores autônomos no programa de educação ambiental, além das cooperativas, destacando sua importância na separação de recicláveis. Danuta solicita que a conselheira Roseli elabore sugestão de texto para incluir no documento, contemplando a demanda levantada.

O participante Ulisses colocou que o Monumento Natural não se trata de um ganho, mas sim de um desrespeito com a história de anos de luta por um parque, que seria o Parque Morro do Cruzeiro; destacou que é absurdo o “aumento” de 10.000 para 63.000 árvores a serem suprimidas, e que a omissão, a princípio, do número real de árvores a serem suprimidas pela Ecourbis caracteriza má fé, especialmente considerando que isso ocorreria no distrito menos arborizado da cidade de São Paulo; expõe que entende a questão das compensações, mas que não podem restringir-se ao parque, já que as regiões de São Mateus e Mauá serão diretamente afetadas e que, por isso, deveriam ser convocadas ao debate.

A presidente Danuta solicitou, se caso houvesse mais contribuições, que fossem colocadas de modo elaborado no chat, para serem acrescentadas ao documento.

Com a palavra, a participante Vilma, moradora de São Mateus, disse que a fragmentação do licenciamento se dá para diminuir quais são os reais impactos na região, e que o empreendimento trará mais problemas às populações de São Mateus e Mauá, assim como os impactos causados pela petroquímica; destaca os impactos que afetarão a saúde pública e o futuro das novas gerações da região. Solicitou que seja votado “não” ao empreendimento.

A participante Juliana Costa, integrante de movimentos ambientais da Zona Leste, disse que as propostas de compensação do empreendimento são superficiais e inadequadas diante dos problemas existentes. Ressaltou que é necessário deixar claro que a população é contra o empreendimento e que, além disso, os pontos de compensação devem ser implementados na Zona Leste, onde serão gerados os impactos.

Na sequência, o participante Fernando explicou que o conselho é apenas consultivo, mas o órgão responsável se comprometeu a seguir a posição do Conselho, garantindo apoio ético. Ele também sugeriu mudança no texto do documento para evitar que pareça que as atividades operacionais estão sendo ampliadas e pediu que se atualize a informação sobre o envio do documento à Cetesb. E que o envio deste documento precisa seguir as regras da Resolução Conama 428 e ser enviada ao órgão licenciador, não só ao empreendedor. Ele também destacou que é importante detalhar melhor as compensações de aterros antigos, pois a resposta da Ecourbis não mostrou claramente como será a preservação das áreas de vegetação existentes.

O participante Hildeni voltou a colocar que há crimes administrativos sendo cometidos pela Prefeitura e órgãos públicos, criticou a falta de diálogo com a população e pediu que isso fosse registrado em ata.

O participante Ulisses enfatizou que os recursos de compensação devem permanecer em São Mateus e na região de Mauá, e questionou para onde esses recursos estão sendo destinados. A participante Beth perguntou se sua recomendação sobre destinar recursos para termos emergenciais estava sendo incluída no documento, já que, segundo ela, o outro ponto não havia sido considerado. A presidente Danuta indicou que precisaria revisar o documento e as contribuições para elaborar o texto final e pediu 10 minutos de pausa para realizar ajustes no texto.



Liliane Neiva, Coordenadora de Gestão de Colegiados, solicitou que seja explicitado na minuta quem é cada participante que sugeriu os itens, se é conselheiro titular o suplente, ou membro da sociedade civil de fora do conselho, deixando claro que todos puderam participar e foram ouvidos.

A participante Beth recomendou que fosse acrescentado no texto que, em vez de ampliar certas ações, os recursos deveriam ser destinados emergencialmente até que fosse implementada de fato uma coleta seletiva em três frações: orgânicos para compostagem, recicláveis para reciclagem.

O participante Hildeni informou que escreveu no chat sua questão sobre a omissão e precarização das autarquias e da Prefeitura e sugeriu que isso fosse incluído nas considerações do documento, ressaltando que o debate com a população foi limitado e que as políticas públicas não foram efetivamente discutidas. Danuta pediu que Hildeni escrevesse de forma elaborada a sugestão, para que pudesse ser incorporada corretamente ao documento.

Após a pausa, a presidente Danuta retomou a reunião e explicou que foram feitas muitas contribuições ao documento e que o objetivo é incluir todas, porém algumas sugestões precisarão ser adaptadas, pois não se encaixam diretamente como sugestões do conselho, mas sim como questionamentos ou propostas de mitigação; informou que estava negociando mais tempo para a manifestação do conselho, permitindo que todas as sugestões sejam incorporadas. Define que as contribuições poderão ser enviadas até o dia seguinte à meia-noite (05/09/2025), e o documento será atualizado durante o fim de semana. E também será marcada uma nova reunião extraordinária, com aviso prévio de 72 horas, para deliberar sobre o documento final. Ela pediu que todos deixem seus e-mails no chat para receber a versão atualizada da minuta de manifestação. A presidente questionou se todos estavam de acordo.

A conselheira Roseli pediu que o horário da reunião seja ajustado para após as 18h, fora do horário comercial. Danuta acatou e se compromete em levar isso em consideração, e pediu que os conselheiros informem seus horários disponíveis para participar da nova reunião.

A participante Patrícia trouxe também duas sugestões: primeiro, sugeriu que o documento do conselho deixe claro quais são as recomendações de mitigação e quais são de compensação, mantendo o registro das discussões anteriores. Segundo, perguntou se seria possível estender o prazo de manifestação até amanhã à noite, já que o parecer não chegou antes e o EIA/RIMA usado pode não ser condizente. Ela também falou sobre as audiências anteriores na Câmara e que essas não contam como audiências formais de licenciamento, pois tratavam de outro assunto. A presidente Danuta explicou que, de fato, a solicitação de manifestação não foi oficialmente enviada pela Cetesb, e que o Conselho questionou isso pedindo um novo prazo conforme a resolução Conama. Também explicou que, como não há certeza se a Cetesb vai acatar, então seguem indefinidos o prazo e a forma de manifestação. Também informou que, pela Conama, a solicitação de manifestação deve vir do órgão licenciador, mas na prática alguns órgãos aceitam solicitações diretas do empreendedor.

Na sequência, o participante Fernando explicou que, apesar de a Conama indicar que a solicitação de manifestação deve vir do órgão licenciador, na prática a Prefeitura frequentemente aceita pedidos do empreendedor. Citou que, dada sua experiência no Conselho da APA do Carmo, gerida pela Fundação Florestal, pode afirmar que o Estado também tinha essa prática, mas que agora vem questionando essa prática, e exigindo que a solicitação venha do órgão licenciador, e não mais do empreendedor. Ele citou experiências anteriores em que isso gerou problemas, e destacou que, neste caso, a Danuta encaminhou um questionamento à Cetesb para



garantir que o processo siga corretamente. Expressou concordância com a decisão de adiar a reunião para a semana seguinte.

A participante Beth comentou que é estranho que a empresa pressione o Poder Público, já que ela serve à sociedade, não o contrário. Anita esclareceu que o acordo do prazo envolve a Prefeitura e o Estado, e que qualquer pressão vem da própria Prefeitura, não do empreendedor. Beth reforçou que a sociedade civil precisa ser respeitada, pois os cofres públicos devem servir ao interesse público, e não aos interesses da empresa.

Vilma acrescentou que ainda haverá uma reunião de esclarecimento à população em 17/09 na Subprefeitura de São Mateus e questionou a pressa em obter manifestação do Conselho antes que a população seja consultada, defendendo que o parecer dos conselheiros só deve ocorrer após esse processo de diálogo.

O participante Hildeni acrescentou que a Ecourbis e a Prefeitura estão pressionando o Conselho, ignorando a participação da sociedade civil e desrespeitando a lei, classificou isso como arbitrariedade e crime administrativo, prejudicando a autonomia do Conselho e os interesses públicos.

Danuta encaminha para o final da reunião e define novo prazo para trabalhar com a minuta: até o dia seguinte, 05/09, a minuta com as contribuições da reunião de hoje será enviada a todos os interessados; serão recebidas novas contribuições até segunda-feira, 08/09, ao meio-dia; a próxima reunião para votar a manifestação será na segunda-feira, 08/09, às 19h. A convocação será enviada com 72h de antecedência.

A participante Patrícia sugeriu que o Conselho enviasse uma solicitação formal ao Secretário do Verde e à Ecourbis para que o parecer só seja emitido após convocação oficial da Cetesb e apresentação de um EIA/RIMA

atualizado. Danuta reforçou que cabe ao conselho se manifestar sobre essas propostas.

A conselheira Roseli defendeu que a manifestação do conselho seja votada na segunda-feira, destacando que ainda faltam esclarecimentos e que as audiências públicas são essenciais para ouvir a população e reunir mais informações antes da decisão. Ela ressaltou que conselhos consultivos, como o Cades, são sempre abertos à população.

A conselheira Norma concordou com Roseli, disse que ainda há muitas dúvidas e contribuições da população que precisam ser consideradas antes da votação, e que a participação da Cetesb e da Ecourbis é importante para esclarecimentos.

Porém a participante Patrícia questionou o que mudaria até segunda-feira e apontou que seria mais seguro esperar a convocação oficial da Cetesb e um EIA/RIMA atualizado, para não correr o risco de aprovar algo sem respostas aos novos questionamentos.

O conselheiro Ulisses apoiou essa ideia, sugerindo que o Conselho aguarde o comunicado oficial da Cetesb. Também disse que é importante ter informações completas antes de elaborar o relatório, que já está mais consistente devido à contribuição coletiva.

A conselheira Rosa, Subprefeitura Cidade Tiradentes, disse que poderá participar na segunda-feira e concorda em votar um documento de manifestação na próxima reunião, porque já foi construído um documento em muitas reuniões; mas criticou que o Cades São Mateus convocou a reunião sem incluir o Cades Cidade Tiradentes. O conselheiro Vicente opinou que a manifestação seja feita na segunda-feira.

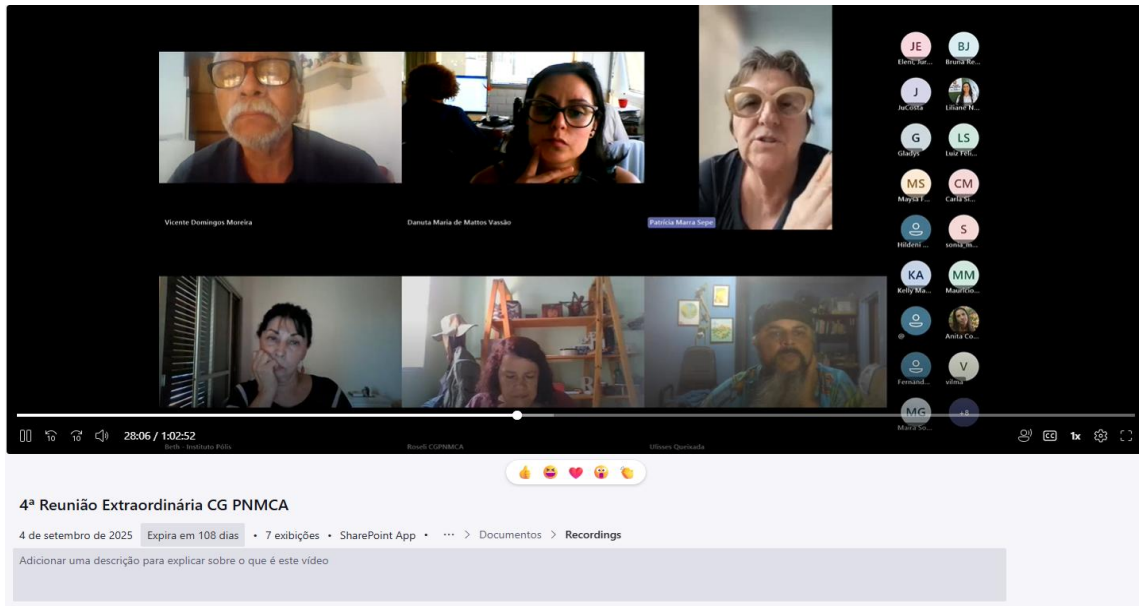
A conselheira Norma reforçou que a posição do conselho contra o Ecoparque está clara no documento e defendeu que, embora o texto possa

ser discutido mais amplamente, já há um posicionamento definido. Danuta explicou que a reunião será encerrada e que a votação do documento será na segunda-feira à noite, priorizando se o Conselho é a favor ou contra o empreendimento, para envio ao órgão licenciador.

A reunião foi oficialmente encerrada pela presidente reforçando que os conselheiros devem participar da votação na segunda-feira e que poderão se articular por outros meios para questionar irregularidades. Ela se colocou à disposição para contato via WhatsApp.

Seguem abaixo registros fotográficos (prints) da reunião on-line:





Segue abaixo a transcrição da reunião on-line:

Danuta Maria de Mattos Vassão 0:24

A pauta de hoje se trata da aprovação de uma manifestação desse conselho gestor do Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva para o empreendimento de ampliação do aterro sanitário CTL de São Mateus, cujo empreendedor é a ...

Marco Dalama - CUT-SP 0:42

Fechou o microfone.

Danuta Maria de Mattos Vassão 0:46

Opa, reabri! Onde que eu parei? Na pauta.

Liliane Neiva Arruda Lima 0:53

"Cujo empreendedor".

Beth - Instituto Pólis 0:57

Você está com o microfone fechado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:02

Alguém está ativando mudo para mim, vou pedir para não ativarem, por favor. A pauta da reunião de hoje é a aprovação de uma manifestação desse conselho do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva a respeito do empreendimento de ampliação do aterro central de tratamento de resíduos leste CTL- fase 6 desse empreendimento, dessa ampliação e a gente vai tratar especificamente sobre isso. Já foi enviada uma minuta aos conselheiros para que lessem e amadurecessem, fizessem complementações. Posteriormente também o senhor Fernando Deli mandou também uma sugestão de minuta e a gente juntou os 2 documentos num só. É disso que a gente vai tratar aqui hoje, tá? E a gente vai ler com todo mundo essa minuta e os conselheiros vão se manifestar contra ou a favor. Esse é o planejamento da reunião de hoje, tá? Depois da leitura, a gente vai abrir para as falas e depois para votação e aí a gente vai encerrar. A gente planejou para que a reunião aconteça até às 5:00 da tarde. Então a gente vai pôr um limite nos tempos de fala, tá? Eu queria falar também que a Liliane, da CGC, que é a Coordenação de Gestão de Colegiados, que cuida dos conselhos de SVMA, está aqui hoje como facilitadora para ajudar a gente a manter uma reunião ordeira e que siga o que a gente pretende cumprir, que a gente saia daqui com uma deliberação de fato como Conselho, tá bom? Eu peço, pessoal, para que... eu sei que todos estão exaltados com essa situação, peço para que não usem palavras de baixo calão, tá? Se usarem, o microfone, será cortado. Se for usado palavras de baixo calão, hoje eu peço respeito de todos, apesar das discordâncias. E é isso. Liliane, você poderia se apresentar?

Liliane Neiva Arruda Lima 3:18

Sim, Danuta, eusó estou sem a câmera aqui. Mas é. Eu peço desculpa no momento porque eu estou sem aqui a câmera que estou fora da Secretaria do Verde e eu quero agradecer o convite de estar aqui hoje presente. E o que você precisar, estou aqui coerentemente para auxiliar a todos, igual a Danuta falou. E eu peço respeito aos servidores públicos hoje. Nós estamos aqui para auxiliar vocês e também pegar demanda de auxílio de todos, tá? Então aí, reforçando o que a Danuta disse, ao falar, deixa a primeira a Danuta dar a palavra para cada um. Igual a Beth, que já levantou tua mão. Beth, assim que a Danuta der a continuidade da palavra, ela vai dar a palavra

para você, como outros também querem falar. Então a gente vai organizar a reunião desse nível hoje, tá, com a mãozinha levantada e não será permitido (...)

Beth - Instituto Pólis 4:07

É uma dúvida de método, Liliane.

Liliane Neiva Arruda Lima 4:12

Oi?

Beth - Instituto Pólis 4:13

Era uma dúvida quanto à primeira colocação aqui da Danuta.

Liliane Neiva Arruda Lima 4:20

Tá! A Danuta vai dar palavra pra você, tá bom? Então é isso, Danuta, eu quero te agradecer. Agradecer também a diretora Anita e seja uma excelente reunião hoje. Estou por aqui. Obrigada, Danuta!

Danuta Maria de Mattos Vassão 4:33

Obrigada Lili. Beth, pode perguntar.

Beth - Instituto Pólis 4:36

Boa tarde, Danuta, obrigada. A dúvida é que você falou para aprovação, né? E pode ser também para reprovação?

Danuta Maria de Mattos Vassão 4:47

É... aprovação é aprovação de um documento, tá? É uma deliberação de um documento. O documento em si, ele não precisa aprovar e nem desaprovar o empreendimento. Vai ficar a caráter dos conselheiros, tá? Eles é que vão deliberar sobre isso. O que a gente vai aprovar aqui, que a gente precisa sair daqui com um documento aprovado, é esse documento que a gente vai enviar pra Cetesb, que é o órgão licenciador desse empreendimento. Então a aprovação nesse sentido, não no sentido de aprovar o empreendimento, tá? Espero que (...)

Beth - Instituto Pólis 5:20

Sim, mas se há discordância quanto aos conteúdos do documento, como que ele vai ser aprovado? Se não é, não há concordância. É isso que é minha dúvida.

Danuta Maria de Mattos Vassão 5:30

Será discutido e votado os pontos, né, de discordância, a gente vai ler e aí a gente vai abrir para votação depois. Só um minutinho. Olha pessoal, a gente enviou uma minuta, como eu já disse no começo, eu sei que nem todos estavam, alguns entraram agora, para apreciação do Conselho, para amadurecimento dessa minuta, né? Para a gente chegar num documento definitivo. A gente recebeu algumas sugestões sobre esse documento da Norma e do senhor Fernando Deli, que está aqui hoje também, a Norma também está aqui, e a gente tentou incorporar tudo num documento só. E aí, o que tiver de discordância, vocês vão poder se manifestar depois também. Mas quem vota hoje são conselheiros, tá pessoal? Então a gente vai dar a palavra para todos depois e a gente vai prosseguir agora com a leitura, tá? Eu vou compartilhar o documento aqui na tela com todo mundo. Fernando, se quiser falar enquanto eu compartilho aqui, pode falar.

Maira Soares Galvanese 6:59

Fernando está desligado, o seu áudio. Não está saindo. Não, não estamos. Fernando. Não, não tá saindo o áudio. Quer tentar sair e entrar de novo para ver se funciona o áudio? Vamos só dar esses minutinhos pro Fernando entrar novamente.

Fernando Deli (MDVA) 8:01

Oi, agora está funcionando o áudio?

Maira Soares Galvanese 8:04

Agora está, Fernando.

Danuta Maria de Mattos Vassão 8:05

Agora, sim.

Fernando Deli (MDVA) 8:06

Ah, que bom! A minha dúvida, Danuta, é o seguinte, né? Como tem muita gente que tá participando hoje, não está inteirado, né? Talvez fosse legal, uma sugestão, né? Porque pelo que eu entendi assim vai ser feita a leitura e os conselheiros vão votar. Então, mesmo que a gente, eu não sou conselheiro, fui convidado só a participar, né? Do grupo de trabalho e das reuniões do conselho. Mas se a gente só puder se manifestar depois, não vai resolver, né? Porque aí já vai ter sido votado. Não teria um momento, talvez para você explicar minuta que você encaminhou, eu posso também falar um pouquinho da minuta que eu encaminhei, e aí foi feita essa junção. Como você falou, né? Mas esse material a gente ainda não viu? Vai verificar agora só para o pessoal entender um pouquinho, né? A situação e aí poder trabalhar. Não sei, uma sugestão.

Danuta Maria de Mattos Vassão 9:06

Pode ser. Vamos seguir assim, então. Eu vou, é que eu já misturei as 2 minutas aqui, mas eu vou falar um pouco sobre a minuta que a gente enviou, tá? A gente enviou a minuta da forma que normalmente é, com cabeçalho falando sobre o que que ela trata, né? É... deu a referência do processo administrativo, das cartas que a EcoUrbis enviou pra gente e eu fui mais concisa, né? Eu e a equipe aqui de DGUC, a gente foi mais conciso, a gente fez uma breve sessão de considerandos e colocou aqui uma deliberação, né? Uma sugestão, né? De deliberação. A gente não escreveu nem contra nem a favor, porque isso é do conselho. A gente só deixou a minuta mesmo pra vocês terem um modelo de documento, né? A gente colocou:

"(...) entendendo que o empreendimento é inevitável, face às condições de esgotamento dos 2 aterros atualmente operantes no Município de São Paulo, incluindo a CTL, de que trata essa manifestação cujo recebimento dos resíduos abrange as regiões Sul e Leste do Município, considerando todos os impactos sobre a população e a biodiversidade locais, recomendamos que, se este venha a ocorrer, sejam tomadas as seguintes medidas."

E aí a gente colocou uma série de medidas mitigatórias, né? Que que tem a intenção de mitigar o impacto desse empreendimento, baseado em tudo que foi levantado nas reuniões passadas por vocês, pelo pessoal que não é conselheiro também, pelo GT, e

a gente concluiu explicando que essa manifestação diz respeito estritamente ao processo Cetesb, número "tal" EIA/RIMA número "tal" apresentado pelo empreendedor. Por que a gente colocou isso nas considerações finais? Porque havia uma dúvida sobre se a gente teria que se manifestar sobre Ecoparque, que ainda não está sendo tratado em nenhum EIA/RIMA. Ele vai acontecer futuramente. Então esse EIA/RIMA, essa solicitação de manifestação vai vir para a gente futuramente. Essa foi uma dúvida que a gente teve no passado. E o Fernando, ele mandou um documento um pouco mais completo, ele colocou o histórico de como chegou a solicitação de manifestação para o Conselho, colocou como foram as reuniões, falou do curto prazo de tempo que foi colocado para a gente ter acesso a essas informações, a resposta da EcoUrbis às nossas dúvidas e colocou poucas medidas mitigatórias né, Fernando? Aí eu misturei com as nossas agora, mas eu deixei destacado bem o que é que a gente escreveu e o que você escreveu, a gente vai ver. E, a conclusão ele deixou a mesma coisa e a introdução também. Essa foi a maior diferença. Ah, não! A maior diferença foi que o Fernando sugeriu lá que "este conselho (...)" deixa eu ler aqui direitinho como ficou:

"O Conselho Gestor do Parque Municipal Cabeceiras do Aricanduva delibera, provocando em âmbito consultivo, por manifestar-se não favorável, à ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste, CTL Aterro Fase - 6 e recomenda, caso o órgão municipal gestor desta unidade de conservação venha a não acatar a deliberação manifestada acima por este colegiado, vindo a se manifestar favoravelmente, que se atente a solicitar, entre outras medidas (...)"

E aí vêm as medidas que a gente sugere como conselho. Aí agora eu passo pro Fernando falar também que ele foi o que elaborou essa outra minuta, essa outra sugestão.

Fernando Deli (MDVA) 13:12

Pessoal, só vou complementar, né? O que a Danuta já apresentou, né? Em linhas gerais, né? E assim, a minuta saiu, vamos dizer assim, das reuniões, né? É... das dúvidas que foram sendo apresentadas, né? Muitas não foram sanadas, né? Ao longo do processo,

que foi como a Danuta colocou, né? Nós tomamos pé mesmo da situação com melhor propriedade há pouco tempo, porque o processo de licenciamento estava todo truncado, né? Veio solicitação para Ecoponto, mas não era sobre o Ecoponto, enfim, uma bagunça, né? E bom, aí pra resumir, né? Nós demos uma conferida em toda a documentação que a gente tinha acesso, pelo menos na maior parte dela, e verificamos que tem questões que são muito importantes. Por exemplo: ao mesmo tempo que o Ecoponto fica, enquanto empreendimento, fica para uma fase seguinte de análise, não é agora, porém, a área onde ele será instalado, ela já está sendo alterada, né? Já houve uma movimentação de terra enorme no local e aquilo representa pouco perto do que está previsto para ser movimentado. Então, embora a manifestação seja sobre a Fase 6, pra que essa Fase 6 seja operada e tal, eles vão precisar dessa cava enorme que está sendo feita. É... nessa cava, depois vai ficar, vai ser preparada pra receber o Ecoparque né? Então esse é um ponto, né, que houve uma ação civil pública onde se cassou a liminar, a liminar não... onde se indeferiu, né, a licença é de instalação que tinha sido dada pela prefeitura, porém quem o empreendedor conseguiu, né, que a parte que falava sobre movimentação de terra é desde que não fosse em área com cobertura vegetal arbórea, ele poderia iniciar. Porém, a controvérsia se seria tudo aquilo para ser feito ou se seria só o que estava. Pelo que eu me lembro, previsto na licença que era pra fazer os acessos, o arruamento, uma coisa muito básica, né? Na realidade, eles já retiraram um volume de terra muito grande no local e essa solicitação, essa, essa licença, ela não chegou nem a ser discutida previamente pelo conselho, né? O órgão gestor entendeu que não havia necessidade por não ter EIA/RIMA né naquele momento. E aí o próprio órgão gestor, pelo que eu sei, a Danuta pode explicar melhor, a própria Secretaria do Verde se manifestou, né? Isso também é questionável porque a Conama 428, ela não diferencia de quem deve ser informado, né? Mesmo no caso de ser só para ciência, né? Mas tudo bem, é que esse é mais um ponto, o outro é que assim, até onde eu vi a EcoUrbis não esclareceu se a área de Ampliação da Fase - 6 que tem cobertura vegetal significativa se é a mesma ou não daquela que eles citam nos esclarecimentos que seria a barreira? A barreira vegetal do aterro São João, onde eles plantaram 600 mudas. Se é a mesma área onde já existia a vegetação significativa, né? Isso também não fica claro porque eles vão estar ampliando, onde no passado eles tiveram que manter a preservação,

então é um processo que vem já de muitos anos, né? O sítio de São João, por exemplo, é de 1992, então são várias fases que foram feitas ao longo do processo sem muitas vezes vamos dizer assim, na maioria das vezes, alegando que "olha, não vai ter onde jogar lixo". Mas "pera lá", toda vez chega no mesmo ponto e aí não, não tem lugar, então vai ter que ceder e São Mateus vai recebendo esse ônus todo. As compensações nem sempre andam como deveriam andar e aqui eu estou vendo aqui a Vilma acabou de lembrar São 62.000 árvores que vão ser removidas, 62.000! O pessoal estava questionando 10.000 e já são 62.000. Quer dizer, olha o tamanho do negócio. Por último, só para não me estender mais, mas uma coisa que é muito importante, que essa área tanto a área que a Ecourbis vai fazer a Ampliação da Fase - 6 quanto a área que eles estão prevendo para o Ecoparque, essas áreas eram da macroárea de preservação e a parte do Ecoparque, onde estão prevendo essa estão fazendo essa movimentação de terra, era para ser Parque Cabeceiras e tem até manifestações técnicas da própria Secretaria do Verde dentro do processo falando nesse sentido, e aí, por uma decisão do Secretário à época, essa área foi encaminhada pra sair do escopo do Parque. Quer dizer, se tirou de dentro do parque um parque que já era para que a EcoUrbis implantasse uma série de coisas dentro das compensações que eles tinham anteriormente do TCA 37 de 2009, né? E aí, quer dizer, se retirou essa área só que ela permanece, vamos dizer assim: ela ficou como zona de amortecimento imediata do Parque. Como que você vai colocar um equipamento de tratamento de resíduos sólidos, como um Ecoparque lá o que está previsto, na cara/frontereiro ao próprio parque natural na zona de amortecimento dele. Então assim, são por essas questões todas é que a gente sugeriu, é claro, foi apenas uma sugestão, nem conselheiro sou: que o pessoal se manifestasse não favorável, dando a liberdade, é claro ao órgão gestor, ele pode não acatar a manifestação do conselho, mas eu entendo assim: já que o conselho está sendo solicitado a se manifestar e está, vamos dizer assim, empenhado? Nessa questão toda? Se debruçando a isso tudo, a favor da população, a favor do meio ambiente, né? Eu acho que é uma, vamos dizer assim, é o conselho vai tá marcando uma posição se lá na frente alguém perguntar: "Ah, mas vocês, nós não aprovamos, tá aqui ó." O conselho, quer dizer, não aprovou, a população que participou, brigou. Quer dizer, nós não estamos endossando, tá? O que acontece é assim, o conselho é consultivo, então a gestão, ela pode ou se manter

neutra como a Danuta falou de repente? Ou, enfim, solicitar compensações? Ampliar essas coisas de solicitação de compensações, aí é com a gestão, mas enquanto Conselho fica essa sugestão, o pessoal pensar bem? Porque é um momento para tomar uma posição e até divulgar depois, fica a sugestão para divulgar junto a sociedade como um todo à população, os movimentos organizados, todos os grupos envolvidos, os parlamentares, né e inclusive o Ministério Público e tal. E, divulgar manifestação que fez, uma sugestão, tá bom? Vou encerrar por aqui pra não se estender demais, tá? Obrigado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 20:51

Tá, obrigada, Fernando, é isso, senão a gente vai se estender demais e a gente vai precisar limitar os tempos de fala daqui para frente, tá? A ideia é a gente ler a manifestação tá e eu vou explicando os pontos para vocês. Se tiverem dúvidas, por favor, peçam a fala, peçam fala pelo microfone mesmo, porque eu não vou estar vendo vocês porque eu vou compartilhar a tela e aí eu libero assim que oportuno. E eu peço para que vocês tentem limitar as falas de vocês a 2 minutos, tá? A Bruna vai estar aqui controlando para que todo mundo possa falar um pouco. Todo mundo tem oportunidade de se colocar e dê tempo de a gente acabar a reunião a tempo de deliberar, né? Sair daqui com uma deliberação, tá bom? Eu vou compartilhar aqui a tela com vocês. Aqui, vocês estão vendo? O documento tá todo mundo vendo?

Beth - Instituto Pólis 21:58

Está muito pequeno, Danuta. Está difícil de ler, por favor.

Danuta Maria de Mattos Vassão 22:02

Vou aumentar.

Hildeni Antonio Gomes Junior 22:03

Danuta, pela ordem rapidão! Você vai disponibilizar para todos esses documentos?

Danuta Maria de Mattos Vassão 22:10

Depois de aprovado, ele fica público. É uma manifestação do conselho.

Hildeni Antonio Gomes Junior 22:11

Beleza.

Danuta Maria de Mattos Vassão 22:19

Depois de aprovado e oficial, ele pode, ele pode ser... Pessoal, vou repetir pra quem entrou depois. Esse documento aqui partiu de uma minuta enviada por nós, baseada em colocações que houve durante as reuniões que, é ... dos conselheiros, dos não conselheiros também, que tem participado das reuniões. E depois o senhor Fernando Deli colocou algumas contribuições. A gente juntou tudo num só tá, a gente vai ler esse documento e quem quiser falar depois, se tiver alguma dúvida pontual, pode chamar aqui, a gente abre, a gente vai limitar os tempos de fala 2 minutos, tá? Para que todo mundo tenha oportunidade de falar. Senão a gente não consegue terminar a reunião a tempo e sair daqui com uma deliberação do conselho. Então isso aqui é uma minuta, tá? Que a gente tá tratando. Depois das falas aí os conselheiros vão votar a respeito do documento. Eu vou dar início a leitura, tá?

"Manifestação Conselho Gestor Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva. Trata o Presente de manifestação do conselho gestor do PNM Cabeceiras do Aricanduva, sobre a ampliação das atividades da unidade operacional Central de Tratamento de Resíduos Leste CTL, Fase - 6, administrada pela empresa EcoUrbis Ambiental S.A. conforme processo CETESB 067398/2024-63. Referência processo administrativo SEI nº 6027.2024/0025880-6 Solicitação de manifestação do órgão ambiental municipal, nos termos do artigo 36, §3º da Lei Federal nº 9.985/2000 (Lei do "SNUC") e Resolução CONAMA nº 428/2010; Cartas 10665/24-PR ECOURBIS e 10705/24-PR ECOURBIS."

Eu expliquei no começo que eu tinha feito uma..., alguém tá com o microfone aberto? Por favor, fecha, Bruna. Fecha o microfone tá? De outra pessoa que tiver com o microfone aberto. Obrigado, ...eu tinha feito uma minuta mais resumida, o senhor Fernando complementou com o histórico, então esse histórico é o que ele fez, né? Eu tinha colocado só esse parágrafo aqui. Resumidamente, do histórico e o senhor Fernando fez todo um item, então, tudo que está em verde é o que estava na carta dele, tá? Eu vou ler aqui o que eu pus resumidamente:

“Após encaminhamento de solicitação de esclarecimentos por este conselho à empresa EcoUrbis Ambiental S.A. no dia 22/08/2025 e resposta recebida no dia 30/08/2025, foi realizada a 3ª reunião extraordinária do conselho...”.

Faltou dizer que foi no dia 31/08/2025:

“com a presença de representantes da empresa EcoUrbis.”

E depois eu coloquei as considerações, mas o Sr. Fernando ele colocou aqui um histórico muito mais completo que eu vou ler para vocês:

“O conselho gestor do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva foi instado a se manifestar sobre empreendimento relacionado a tratamento de resíduos sólidos através da carta 10665/24-PR EcoUrbis datada de 01/10/24 e da carta 10705/24-PR EcoUrbis, datada de 05/11/2024 onde constavam em ambas se tratar de licenciamento ambiental do Ecoparque e sendo requerido no final de cada qual e este conselho gestor emita a manifestação necessária, a instrução do licenciamento ambiental, concluindo, não haver objeção e favoravelmente à implantação do Ecoparque e que este conselho emita a manifestação necessária a instrução do licenciamento ambiental concluindo não haver objeção à implantação das ampliações da CTL - Fase 6 e Ecoparque.”

Isso aqui foi a EcoUrbis que escreveu nas cartas dele, tá? Apesar deles não poderem exigir que o Conselho conclua não haver objeção e nem favoravelmente à implantação, eles não podem pedir isso a gente, né? A gente, por regramento, por rito, a gente tem que ser consultado e manifestado, sim. A gente tem que se manifestar sim, mas não da forma que eles querem, tá? Esses são os trechos das cartas que chegaram pedindo mais ou menos a mesma coisa com o texto um pouco diferente:

“As cartas acima citadas não apresentavam o número de EIA/RIMA referente aos empreendimentos relacionados ou ao empreendimento relacionado, sendo então providenciado por este Conselho a busca no site da companhia ambiental do estado de São Paulo (CETESB), encontrando-se o

Arquivo Proc. 300/24, contendo EIA do empreendimento da denominada 'Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste, CTL – aterro Fase - 6, acompanhado do RIMA intitulado 'Ampliação do Aterro de Resíduos (Fase – 6) Central de Tratamento de Resíduos Leste CTL' objeto do processo CETESB 067398/2024-63 iniciado em 09/10/2024, versando sobre solicitação de licença prévia, conforme página 1.

Ao consultar e iniciar a análise do EIA/RIMA, o Conselho se deparou com a informação de que o 'Ecoparque' será objeto de outro processo de licenciamento à parte, o que gerou dúvidas por conta das cartas que haviam sido encaminhadas pela EcoUrbis a este Conselho.

Visando melhor compreensão da complexidade do caso, se faz necessário destacar que, ainda em 2024, a Prefeitura do Município de São Paulo encaminhou o projeto de Lei nº 799 para a Câmara Municipal, visando a alteração do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014) no que se refere a Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais, o que gerou intensos debates e manifestações durante as audiências públicas. Porém, mesmo após a diversas objeções manifestadas, houve a aprovação da Lei Municipal nº 18.209/2024." Ou seja, foi mudada a macro área.

"Paralelamente às discussões na Câmara municipal, houve representações junto ao Ministério público de São Paulo que culminaram com a instauração do Inquérito Civil nº 0482.0000732/2024, em 4/12/2024, que tramita na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital.

Houve também a apresentação da Ação Popular nº 1093401-37 2024.8.26.0053, na qual ocorreu a concessão de liminar em 06/12/2024 para: 'Suspende os efeitos do termo de sessão de uso firmado entre a Secretaria de Governo Municipal e a EcoUrbis, da licença ambiental de funcionamento para movimentação de terra expedida pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente em 30/07/2024, da licença ambiental de instalação do termo de compensação ambiental, bem como para impedir o início ou a continuidade da supressão de árvores'

Porém, posteriormente, houve cassação parcial da referida liminar, o que propiciou que o empreendedor iniciasse significativa movimentação de terra em parte da área onde não haveria vegetação arbórea. Cabe ressaltar que, ao longo do licenciamento ambiental, que culminou com a emissão da Licença Ambiental

de Instalação nº 03/CLA-SVMA/2024, expedida pela Secretaria Municipal do Verde Meio Ambiente (SVMA) em 30/07/2024, mencionada no item anterior - não houve encaminhamento prévio para a ciência deste conselho.

E que tal a área de movimentação de terra se tratava anteriormente de área em processo de desapropriação para compor o PNMCA que posteriormente não foi incluída no perímetro do parque conforme consta nos processos SEI nº 8310.2020/0002171-3 e SEI nº 6022.2019/0005277-2.

Essa área desafetada do parque para a qual houve alteração do zoneamento municipal mencionada, compõe atualmente Zona de Amortecimento do PNMCA imediatamente limítrofe a esta Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Sendo assim, ante a complexidade das questões envolvidas e à falta de clareza (...)"

Eu mudei aqui: de confusão pra dúvidas.

"(...) À falta de clareza e dúvidas quanto ao empreendimento ao qual se estaria de fato em processo de licenciamento ambiental, este Conselho encaminhou a Solicitação de Esclarecimentos à empresa EcoUrbis Ambiental S.A. no dia 22/08/2025, expondo, ao final, que a solicitação para manifestação do Conselho fosse encaminhada em conformidade as disposições da Resolução CONAM nº 428/2010.

Na sequência, chegou a informação por e-mail datado de 27/08/2025, de que a CETESB teria definido 'o prazo de 05/09 para encaminhamento da manifestação final do conselho gestor sobre o empreendimento da EcoUrbis' e que haveria de se agilizar a manifestação do Conselho marcando-se uma reunião para apresentação do empreendimento ao colegiado.

Por conta da informação acima, houve a iniciativa deste Conselho em provocar questionamento junto a CETESB, chegando-se à elaboração de uma minuta de texto aprovada pela maioria dos conselheiros. Porém, antes de seu remetimento, EcoUrbis esclareceu verbalmente à gestão do Conselho que se tratava de prazo estabelecido no âmbito da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em seguida, foi agendada a reunião extraordinária para apresentação pelo empreendedor a ocorrer no domingo, dia 31/08/2025. E a apresentação online para o dia 03/09/2025 aos que não pudessem participar no domingo e no sábado, dia 31/08 foi recebido o documento da EcoUrbis em resposta à Solicitação de Esclarecimentos, enviada em 22/08/2025."

Um parênteses aí, o questionamento foi enviado à Cetesb, tá? Já, a gente recebeu confirmação de recebimento, mas ainda não recebemos resposta.

“Somente com o documento encaminhado pelo empreendedor em resposta a solicitação de esclarecimentos encaminhada pelo conselho, foi possível ter certeza sobre qual empreendimento deveria ser providenciada a manifestação, ou seja, a Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste CTL Aterro - Fase 6. Porém, nem todos os esclarecimentos foram satisfatórios. Mesmo com as apresentações realizadas, prejudicadas também pelo tempo exíguo para análise e manifestação.”

Então essa foi esse foi todo histórico bem detalhado do que realmente aconteceu nesse trâmite de solicitação de manifestação e elaboração por nós em busca de esclarecimentos antes dessa elaboração, considerações. É, eu tinha colocado considerações mais resolutas também vou ler está aqui em amarelo:

“Considerando os dados apresentados a respeito da saturação do aterro e do fim de sua vida útil, prevista para 2026, em decorrência de políticas que não resultaram na diminuição da geração de resíduos de forma efetiva; considerando a ausência de área com maior vocação para atividade proposta no município de São Paulo; considerando a supressão prevista de pouco mais de 62.000 indivíduos arbóreas na região do Município com o menor índice de cobertura arbórea por habitante; considerando os relatos dos conselheiros e demais munícipes participantes das reuniões deste conselho em relação aos incômodos causados pelo aterro, tais como, mau odor, ruído e explosões;”

A gente fez esses considerandos, o Sr. Fernando colocou:

“Considerando todo o exposto no histórico acima; considerando os esclarecimentos apresentados pelo empreendedor através do documento encaminhado a este Conselho em 30/08/25, e das apresentações em 31/08/2025 e 03/09/2025; considerando os dados apresentados a respeito da saturação do aterro, o qual teve operação inicial em 1992 com a atual fase 5, prevista para

findar sua vida útil em 2026, em decorrência de políticas que não resultaram na diminuição da geração de resíduos de forma efetiva e de planejamento estratégico que abarcasse o caráter metropolitano da geração, destinação e tratamento dos resíduos sólidos em São Paulo, face a recorrente alegação de esgotamento iminente. Cada vez que uma fase chega próximo à saturação indicando falta de planejamento estratégico ao longo das últimas décadas, voltado a possibilitar a opção por outras alternativas que se mostrassem viáveis(...)"

Fernando aqui seria possibilitar ou impossibilitar? Ah, a falta do planejamento possibilitar, né? É isso.

"(...)considerando a supressão prevista de mais de 62000 indivíduos arbóreos, somadas as supressões previstas (...)"

Fernando R. Deli 36:23

Hum?

Danuta Maria de Mattos Vassão 36:28

"(...)na ampliação da Fase 6 e da área de jazida de solo em região do município com menor índice de cobertura arbórea por habitante; considerando os impactos ao PNMCA, sua Zona de Amortecimento, em nosso ver, não corretamente dimensionados nos estudos e esclarecimentos providenciados pelo empreendedor, bem como outras questões; considerando os relatos dos conselheiros e demais munícipes participantes das reuniões deste Conselho em relação aos incômodos causados pela terra em operação, tais como, mau odor, ruído e explosões. Considerando todos os impactos sobre a população e a biodiversidade locais e, considerando o tempo exíguo para a manifestação, Deliberação(...)"

É, eu já li pra vocês, né? A deliberação a gente tinha colocado esse texto inicial só como orientação modelo mesmo pra vocês, isso, o Fernando escreveu:

"(...) O conselho gestor do Parque Municipal Cabeceiras do Aricanduva delibera provocado em âmbito por manifestar-se não favorável, a Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste CTL, Aterro Fase - 6 e recomenda, caso o Órgão

Municipal Gestor desta Unidade de Conservação venha a não acatar a deliberação manifestada acima por este colegiado. Vindo a se manifestar favoravelmente, que se atente a solicitar, entre outras medidas: (...)”

E a gente coloca uma série de medidas que a gente vai ler, mas eu quero fazer uma pausa aqui para tratar desse ponto central aqui que é a deliberação se o conselho vai se colocar favorável, não favorável, manter um texto um pouco mais impessoal, tá? É, eu vi que tem alguém de mão levantada aí a gente vai passar a palavra, mas se for uma dúvida pontual a respeito disso, só um minuto. É a Beth, pode falar? Peço que seja breve, que seja sobre o que a gente leu até agora.

Beth - Instituto Pólis 38:51

Não, uma dúvida, o que que você quis dizer sobre qual é a palavra que você usou? Um texto mais impessoal, o que que você considerou pessoal nesse texto que você leu?

Danuta Maria de Mattos Vassão 39:01

A gente colocou que não é favorável, nem colocou que é favorável. Gente, isso é um modelo. A gente teve que enviar uma minuta porque os conselheiros.

Beth - Instituto Pólis 39:10

Não, mas quem que tem que ser menos impessoal: os conselheiros?

Danuta Maria de Mattos Vassão 39:14

Não, eles não têm que ser Beth, eles vão colocar o texto que eles quiserem agora, aquilo foi um modelo, tá?

Beth - Instituto Pólis 39:16

Tá.

Danuta Maria de Mattos Vassão 39:21

Pode falar, Roseli.

Roseli CGPNMCA 39:30

Eu também, a questão de dizer que nós deliberamos como favorável ou não favorável, eu concordo com todo o texto que o Fernando colocou até agora. Agora a gente não ainda não tem essa condição de se manifestar favorável, não favorável por conta do pouco e até do que o Fernando mesmo relatou que a gente recebeu documentos incompletos. A gente teve aquelas cartas envolvendo os Ecoparques, nossos conselheiros. A gente ficou pesquisando sobre os temas, né? A gente não tem competência técnica, por isso a gente tinha que sair pesquisando e isso daí acabou criando aquelas confusões mesmo, né? Que o Fernando relatou? Então, por conta de tudo isso, usar o termo favorável não favorável: eu também não sou a favor, né? A gente pode se colocar essa, assim nos manifestamos e colocar as recomendações que vão vir agora para frente, porque essa, sim, a gente pode falar com conhecimento de causa, porque a gente já ouviu técnicos, ouviu moradores, principalmente. Aliás, a gente continua ouvindo os moradores, né? Que são os mais prejudicados por conta de projetos desse tipo, né? E então, assim, eu acho que ainda não é o momento da gente se manifestar como favorável ou não favorável.

Danuta Maria de Mattos Vassão 41:18

Tá Roseli, deu pra entender, mas assim o tempo é o prazo de manifestação não é estabelecido por nós, né? Nós somos cobrados da manifestação e eu, como presidente, orientei vocês a aproveitar esse momento pra colocar sim à manifestação de vocês com medo de que se perca e vocês podem futuramente, paralelamente, aliás, é o que eu tenho falado desde sempre, questionar isso, continuar questionando isso junto a outros órgãos, MP, TJ, Cetesb, quem seja, né? Como já foi enviado a carta Cetesb e a gente continuar fazendo, só que o conselho, se não se manifestar agora vai dar como o conselho não quis se manifestar, vai ser até favorável ao empreendedor, entendeu? É por isso que a gente tá aqui, trabalhando e correndo com esse prazo. Não é a favor do empreendedor, é a favor de que o conselho tenha oportunidade de ser considerado, tá bom? E aí a gente vai tratar depois. Então, sobre esse assunto, delibera: é não favorável, favorável ou não. Eu sei que a gente não está nas condições ideais, vocês queriam se aprofundar. Eu também queria me aprofundar mais.

Roseli CGPNMCA 42:17

Ah.

Danuta Maria de Mattos Vassão 42:28

Eu vou passar a palavra pra segunda pessoa que está aí com a mão levantada, pode falar. Hildeni?

Hildeni Antonio Gomes Junior 42:36

Eu.

Patrícia Marra Sepe 42:36

É. Oi.

Hildeni Antonio Gomes Junior 42:38

Pode falar, Maira.

Patrícia Marra Sepe 42:40

Ah, é que você não está vendo, é como se faz com a sequência.

Danuta Maria de Mattos Vassão 42:41

Espera aí, espera aí.

Patrícia Marra Sepe 42:46

É, eu sou Patrícia. Levantei a mão também, como?

Danuta Maria de Mattos Vassão 42:48

É, tem os números, olha o número 1 é o Hildeni. A próxima é a Maíra, depois é o Fernando Deli e depois é o Ulisses, tá? Tem o número de levantar as mãos. Quem levantou as mãos, a gente vai seguir essa sequência.

Patrícia Marra Sepe 42:55

Não, Danuta. Desculpe, eu levantei a mão, agora sumiu. Eu posso ficar por último das pessoas, porque nem conselheiro eu sou, mas aí eu sou parte diretamente porque nós movemos a ação, né? O nosso mandato, então, por favor, me considere como última, porque eu tinha levantado a mão.

Hildeni Antonio Gomes Junior 43:19

Eu sei a palavra da Patrícia pra ela falar. Patrícia fala o número.

Danuta Maria de Mattos Vassão 43:19

Tá, é só levantar de novo, tá? Patrícia já está com a mão agora levantada.

Hildeni Antonio Gomes Junior 43:27

Essa é a minha vez, rapaz.

Danuta Maria de Mattos Vassão 43:27

Pode falar, Hildeni.

Hildeni Antonio Gomes Junior 43:30

Boa tarde. Primeiramente aos conselheiros, né? Que deram a oportunidade da publicidade, da fala e da urbanidade que transmite. Aqui eu quero alentar e adendar e acrescentar o que o Fernando disse, que a Lei 18.209/24: ela permite somente 10.000 árvores, não 62.000 árvores. Não foi o debatido com ampla defesa e contraditório dentro do território. Só foi na Câmara, isso no final do recesso parlamentar da Câmara Municipal, a gente exige que seja conversado dentro da população. Exigimos também que os conselheiros sejam respeitados e parado de ser pressionados pela CETESB e pelas outras instituições autárquicas que querem uma pressão protocolar, sendo que não foi debatido, sabe? A gente está debatendo aqui, mas é um debate assim. Conselho pouco, o anterior a isso tudo, eles não estão escrito no documento que está exposto para nós, é, um debate na população amplo, numa Subprefeitura no CEU Alto Alegre, que tem equipamentos e tecnologia para isso. Não teve essa sensibilidade a palavra certa de falar com a população a respeito disso e também nos documentos que foram apresentados nesse histórico, eles não falam condições patológicas que pode ter da Unidade de Recuperação Energética não fala sobre os danos que o metano pode dar na população por causa do dióxido de carbono, gente, dióxido de carbono dá câncer, você sabe, tem estudos que se baseiam na petroquímica, que passa metano a população da região é São Rafael com isso, entendeu?

Danuta Maria de Mattos Vassão 45:51

A gente pede que você conclua porque já deu, tá um tempinho.

Hildeni Antonio Gomes Junior 45:55

Certo? Ok, e é isso, pessoal, eu peço para que vocês peçam a ampla defesa e o contraditório para vocês e para nós da população que vai ser afetada pela essa ampliação do aterro sanitário.

Danuta Maria de Mattos Vassão 46:13

Obrigada. É Maíra. Pode falar, por favor.

Maira Soares Galvanese 46:18

É, eu queria só sugerir uma correção nessa linha verde que fala, né? E recomenda caso o órgão municipal gestor dessa Unidade de Conservação venha não acatar a deliberação. É uma correção, porque não é o órgão gestor da Unidade de Conservação que acata ou não a deliberação; são os órgãos licenciadores. Então tem que fazer a correção aqui no texto, e aí é só pra complementar o que o Deli estava falando, eu até tinha colocado no chat: a gente entende e a gente fez todo o questionamento com relação ao que é o Ecoparque, né? O conselho fez uma solicitação de esclarecimentos e esse processo a gente sabe que existe uma proposta maior do Ecoparque, porém essa manifestação aqui ela está tratando somente da ampliação do aterro, todas essas questões da saúde que a gente entende que são extremamente relevantes com relação a um projeto de Unidade de Recuperação Energética, a gente vai sim discutir, com certeza dentro do conselho, mas quando o processo do licenciamento chegar para Secretaria do Verde. A gente não recebeu isso, foi uma pergunta que foi feita pelo Conselho na solicitação de esclarecimentos. Então toda essa discussão com relação à Unidade de Recuperação Energética vai ser tratada sim, mas quando a gente recebeu o processo de licenciamento deste empreendimento aqui a gente está se atendo à ampliação do Aterro que não inclui a Unidade de Recuperação Energética. A gente tem que entender e separar que se é, são processos de licenciamento separado a gente tem que discutir um por um: aqui a ampliação do aterro, que não inclui a unidade de recuperação energética. E a outra coisa que eu gostaria de colocar, que é importante que a gente entenda o seguinte, é esse prazo, né? Que a gente, né? A

gente sabe: ficar lendo, fazer reuniões à noite, de domingo pra gente tentar fechar a manifestação. A gente precisa entender, espera aí, tá? Estou acabando. A gente tem que entender que existe a resolução CONAMA, que dá o prazo de até 70 dias para manifestação do conselho, tá? A manifestação é importante, seja ela favorável ou não porque a manifestação é obrigatória dentro do processo de licenciamento e tem um prazo para isso. É pior que que a gente não cumpra o prazo e que não tenha a manifestação do Conselho. A gente não pode deixar que o Conselho não se manifeste, seja ele favorável ou não. É importante a colocação do Conselho, da sociedade civil, principalmente.

Danuta Maria de Mattos Vassão 49:10

Obrigada, Mai. Fernando Deli, por favor.

Fernando R. Deli 49:15

Oi. É então é que a muitas pessoas já falaram e colocaram pra Roseli explicando, é essa situação dos prazos, né? E assim, Roseli, na realidade, o Conselho tentou que a EcoUrbis, né? Encaminhasse uma nova solicitação dentro do padrão da resolução CONAMA pedindo o devido licenciamento corretamente com as informações e documentos necessários. A Danuta já tinha feito isso até no processo de recebimento desses documentos, se não me engano Danuta, no final ainda do ano passado, né? Mas aí o processo acho que não chegou a sair da Secretaria do Verde, imagino que por conta daquela situação toda, né? Cassação de indeferimento parcial de liminar. Não sei o que tá? E aí ficou a coisa meio, né? Mas quando a gente se deparou com a necessidade de encaminhar novamente, nós fizemos, né? O conselho fez, eu como convidado, participei e foi, é, pedindo para EcoUrbis e também para CETESB, né? Esclarecimentos e tal, que esse prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 30, fosse dado. Aí a gente poderia fazer uma manifestação não conclusiva e depois se preocupar com a com a conclusiva. Porém, como veio, parece que a faca veio aqui no pescoço, né que tem 5 dias a manifestação, aí o que ocorreu é que esse momento da gente fazer alguma coisa, né? Sobre a questão, a Máira levantou sobre a questão do conselho, não é? Não é o órgão gestor que acata, é, eu não sei se tem sentido, vou dar um exemplo: no conselho da APA do Carmo, em quase 30 anos de atuação, nunca tivemos uma manifestação que o órgão gestor não acompanhasse, mas houve uma que o órgão

gestor não acompanhou no caso do BRT. O Conselho se manifestou e o órgão gestor e não era nem era pedindo mais prazo só e o órgão gestor foi contrário. Então é nesse sentido Maira. De repente, o que sai aqui? Enquanto o conselho consultivo, o órgão gestor pode encaminhar da mesma forma para o órgão licenciador ou não, né? Se o órgão gestor encaminhar da mesma forma, beleza, se o conselho, o que o conselho avaliar vai ser em conjunto com o órgão gestor, acho que fica melhor. É claro, né? É isso. Só, obrigado.

Maira Soares Galvanese 51:50

Tá, tá, é! Desculpem atravessar porque tem uma fila? Fernando, a gente, nunca. Nós aqui como presidência aqui do conselho gestor, a gente nunca vai encaminhar um documento diferente do conselho.

Danuta Maria de Mattos Vassão 51:51

Obrigada, Fernando.

Maira Soares Galvanese 52:06

Nunca vocês podem ficar tranquilos com isso. Nós aqui.

Danuta Maria de Mattos Vassão 52:11

Ulisses, por favor.

Ulisses Queixada 52:19

Bom, boa tarde, camaradas ontem eu não consegui acessar de jeito nenhum, enfim. É isso. Até hoje eu consegui adiantar as coisas pra estar em casa e usar pelo norte. Eu fiz aqui algumas anotações, vamos lá. Primeiro: uma ponderação inicial, aquela fala de que a ampliação é inevitável. Primeiro, como ensina a vida: inevitável só morte e mesmo assim, em alguns casos, se consegue protelar de acordo com o que se entende como vida, então, para mim, é um equívoco aquele início de que a ampliação é inevitável. Ponto da urgência e dessa pressão sobre o conselho e eu dou 3 exemplos de pressão atuais: a reunião do domingo, não é o nosso dia de reunião; a reunião ontem à noite, não é nosso dia de reunião e essa reunião hoje à tarde, no meio da tarde, onde as pessoas que trabalham com uma agenda mais engessada nem

conseguem participar. E aí assim vamos jogar limpo, galera, quando assinou-se a quinta ampliação, a Prefeitura já sabia que ia chegar esse momento. Este governo atual já está aí há 89 anos, porque o atual prefeito herdou do falecido Covas, então este governo atual já está com essa demanda há pelo menos 6 anos de forma direta e colocar agora que é para ontem, porque vai acabar o aterro. Horas, isto é um problema de pelo menos, incompetência da atual gestão. E essa pressão de tempo não pode e não deve ser colocada sobre os conselheiros, e nós pagamos pra trabalhar, por que pagamos? Porque se eu tenho que me deslocar, eu pago transporte, então assim, primeiro, está errado desde o início(...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 54:24

Ulisses precisa concluir, tá? 2 minutos já.

Ulisses Queixada 54:27

Vamos lá. Eu coloquei uma questão Danuta que é primordial para caracterizar crime ou não, que é o seguinte, a Ecourbis já fez a cava e usou o solo e já disse que a cava será o local do incinerador. Para mim, que não sou advogado, isso caracteriza a reserva de mercado que é crime.

Danuta Maria de Mattos Vassão 54:48

Tá bom, Ulisses, eu vou responder aqui. Eu vou responder aqui algumas coisas que você pontuou. Sobre a reunião, não é o dia da nossa reunião, está no nosso regimento interno que a gente pode convocar a reunião com 72 horas de antecedência, seja a presidência eu ou o Tiago.

Ulisses Queixada 54:49

A outra ação, que para mim.

Danuta Maria de Mattos Vassão 55:08

Ou então 1/3 dos conselheiros. Acho que é isso. 1/3 dos conselheiros. 72 horas é certeza, né? E é justamente pra esses casos de urgência, né? Sobre o que você tá falando? Sobre reserva de mercado, que foi o que você colocou é, eu sugiro que você crie então um texto falando sobre isso aqui na manifestação, porque esse é o

documento concreto que a gente tem para levar adiante, tá? Porque não adianta a gente só se manifestar aqui em reunião e não levar isso adiante. Eu queria saber se a Patrícia quer falar que a Patrícia estava na fila depois do Ulisses.

Ulisses Queixada 55:45

Eu enviei isso no meu parecer e encaminhei para o Conselho, "ponto". A outra coisa que para mim, caracteriza a reserva de mercado. Calma, deixa eu concluir (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 55:50

Quando que você encaminhou? Desculpa, Ulisses, vou te dar 30 segundos para concluir, tá?

Ulisses Queixada 55:57

A outra questão que, para mim características de reserva de mercado é isso, da empresa está devastando áreas florestadas que ela mesma já fez compensação ambiental. Essas 2 questões eu já coloquei no meu primeiro parecer, isso tem que ser colocado por jurídico da SVMA e já é todos os gabinetes que estão aqui, por favor, falem com seu jurídico. Patrícia, Beth, quem tiver dos gabinetes, falem com jurídico. Isso, cá para mim, caracteriza reserva de mercado e é um crime! Se isso realmente for crime, o processo para por aí. Ah, o lixo, o lixo está sendo discutido na correria, por omissão e ou incompetência do Poder Público, obrigado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 56:38

Obrigada, Patrícia, você quer falar?

Patrícia Marra Sepe 56:46

É, eu quero Danuta, eu tenho só uma dúvida, e aí? Até com a questão que a Maíra colocou, e o próprio Fernando, né? É, eu entendo que o Conselho é, não deliberativo, infelizmente Ele é consultivo, mas pegando aqui o artigo 36 do SNUC né? E o parágrafo terceiro, é óbvio que quando o empreendimento afetar Unidade de Conservação específica ou sua Zona de Amortecimento, que é o caso ainda que não, vocês me corrijam, não exista um plano de manejo, mas é óbvio que o aterro está na zona de amortecimento, né? O licenciamento a que se refere o caput desse artigo só poderá

ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração. E que é a Secretaria do Verde, não é esse Conselho, né? Até é (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 57:42

Que é a Secretaria do Verde. Isso. Isso.

Patrícia Marra Sepe 57:49

E a Unidade afetada, mesmo que não pertencente ao grupo de proteção integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação. Nesse artigo, e por que que eu falo isso, né? Então eu estou perguntando primeiro, não sou conselheira, mas como uma das partes aí, até por conta da ação, eu gostaria de reiterar que o parecer do conselho da qual é solicitado, eu acho que tem que ser sim, muito claro, se é contra ou a favor até para nortear a Secretaria do Verde e a Secretaria do Verde se posicionar contrário ou não ao conselho. Aí é uma decisão política, né? Então, eu queria reiterar a importância de que se posicione sim, ao contrário ou a favor. E como a minuta está colocando, né? E o esclarecimento aí de que, na verdade, não seria só ser ouvido, né? Teria que ter autorização da Secretaria do Verde. Aí o ônus vai ficar com a Secretaria do Verde autorizar. Mas isso precisa colocar e por fim só lembrando que o próprio Parque Natural ele é, na teoria, uma compensação das outras fases anteriores do aterro. Agora, concretamente, ele foi criado por decreto, ele existe, então ele está sendo sim afetado, tá bom? Então, a minha dúvida é essa e essa é a colocação que eu queria colocar e por fim, só para terminar nós continuamos a considerar que mesmo nesse processo, o licenciamento está sim, fatiado. Ainda que o incinerador venha a ocorrer daqui a 5 anos, há a questão dos impactos cumulativos que não foram tratados nesse EIA/RIMA. Essa Fase 6 ela é uma etapa maior de um processo que envolve sim a implantação do incinerador, então ele, precisaria, no mínimo, analisar a possibilidade dos efeitos cumulativos de um futuro incinerador. E é isso. Obrigada.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:00:10

Perfeito. Obrigada, Patrícia. É Beth. Você quer se colocar novamente?

Beth - Instituto Pólis 1:00:15

É, não me coloquei, eu só tinha feito perguntas, é, então eu queria me somar todas as falas que foram feitas até o momento, o polis. Trabalho há 36 anos nesse campo, né? Da gestão de resíduos, já fizemos muita coisa que trouxe benefícios pra cidade, e eu queria pegar uma fala do Fernando da minuta, né? Que quando ele fala falta de planejamento estratégico? Ao longo das últimas décadas, e eu queria acrescentar que é uma falta também de implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos, que foi feito por participação de 7000 pessoas, 800 delegados, onde São Paulo estaria agora? Estaria como uma referência nas grandes cidades do mundo desviando 71% de todos os resíduos orgânicos e recicláveis. Então, quer dizer, é uma falta de compromisso com o instrumento da política nacional de resíduos: primeiro. E segundo: outros aterros poderiam estar recebendo emergencialmente na região pra poder então, resolver esse problema, dessa má gestão que é está sendo feita, não só nos últimos 9 anos, desde o Dória. Então assim, é um descaso com a cidade, é um descaso com a população periférica, que é quem tem que receber os resíduos e sofrer todos esses impactos e Danuta, desculpa com todo respeito me chama muito, mas muito atenção sabe, uma fala que diz que o empreendimento vai ser feito, então, quer dizer, é só pró-forma que se tem um Conselho que opina e que se abre a palavra como está aberta agora pra eu falar como sociedade civil organizada, quer dizer. É o mesmo que aconteceu na Assembleia na Câmara de Vereadores, no final do ano, quando se apresentou a lei, já vou concluir, já vou concluir. Quando se apresentou para votação naquelas 5 audiências, eu fui em todas e foi um desrespeito dos vereadores para passar o trator e votar na noite com a população lá, meia-noite sentada, na área que permitem. Então assim, se mexeu no Macrozoneamento e até onde me consta, tem uma liminar que não permite fazer isso. Então eu queria esses esclarecimentos, esses 2, esses 3 no final: 1 Por que que não vai para um aterro emergencial? 2 Se o empreendimento vai ser feito, por que que está escutando aqui? 3 E como é que está essa liminar que suspendia ao Macrozoneamento e movimentação do solo nessa região? Obrigada.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:03:19

Beth, esse planejamento é uma coisa que vai além desse conselho. Muito além da gente de presidência de de gestão do parque, tá? De Secretaria do Verde, inclusive,

vai muito além. Então é um debate que tem que sair do conselho, né? Ir para além do Conselho, não sair no sentido de não ser discutido no conselho, mas ir para além do conselho tá? E sobre o conselho ser só *proforme*? Olha, não, eu sei que é difícil que o conselho seja ouvido. O conselho é consultivo, como nós temos nos colocado aí e essa pressão para manifestação quem está sofrendo somos nós, eu junto, tá? Não sou eu que estou fazendo sobre os conselheiros, o que eu estou tentando é trazer a oportunidade deles se manifestarem, mesmo sob pressão, tá? Então desculpe o mal-entendido, mas a gente tem que pôr ordem, tem que ter um limite de tempo também e de fala que senão a gente também não consegue sair da reunião e todos nós temos o tempo. Eu sei que vocês não estão recebendo para trabalhar para estar aqui no Conselho, mas a gente está fazendo a melhor forma, tá? Eu vou passar a palavra para a Norma.

Norma Arata 1:04:31

Oi, dá pra ouvir. Todos conseguem ouvir? Dá para ouvir, estão ouvindo? Sim, é. Esta é. É com relação a esse trecho. Entendemos que o empreendimento é inevitável. Essa palavra é muito ruim, é muito comprometedor.

Beth - Instituto Pólis 1:04:40

Sim.

Norma Arata 1:04:55

Né? É.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:04:55

Gente, esse trecho não precisa ficar, tá?

Norma Arata 1:04:58

É, eu. Eu mudaria esse trecho "entendendo que o empreendimento precisa ser amplamente discutido face às condições de esgotamento" né? Eu trocaria, por "precisa ser amplamente discutido" né? "Face o problema do esgotamento do aterro." Esse trecho aí acho que ficaria melhor agora é aqui no como chama? Nesse painel aqui aparece: "Norma sugere retirar" ali onde está escrito: "deliberação favorável, não

favorável". Agora eu entendi bem o que está colocado aqui, que o Conselho Gestor, né? Aqui tem um dos 2 parágrafos em verde sugerido pelo Fernando que o Conselho não é favorável, porque não é claro. Claro, né? Toda amplitude do projeto, porque o toda a população não foi ouvida porque faltam, é projetos, é de reciclagem, é faltam ações mais concretas nessa área, então é não, sgora ficou claro que não é favorável, mas que recomenda caso o órgão licenciador corrigido aqui pela Maira. Se o órgão licenciador não acatar a deliberação que ele siga essas outras medidas, esse trecho aqui eu acho que melhorou dessa forma.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:06:43

Isso mesmo, Norma. Obrigada. Eu ia pedir para você concluir, você já concluiu, né?

Norma Arata 1:06:48

Sim.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:06:49

Tá bom, obrigada. É a Anita vai falar pessoal. Aí eu peço pra que ninguém mais se inscreva agora, porque depois a gente vai dar continuidade aí na leitura do documento.

Anita Correia de Souza Martins 1:06:59

É boa tarde, pessoal, sou a Anita, diretora da Divisão de Unidade de Conservação. Boa tarde, Fernando, tudo bem? Quanto tempo! Eu só queria pedir uma das perguntas da Beth, diz respeito a outros Aterros receberem resíduos, né? Como é um tema que a Secretaria do Verde realmente não domina e não opera? Eu vi que entrou na reunião a pessoa da SP regula, né? E se ela pudesse fazer essa resposta pra Beth, acho que seria interessante, porque nas 2 oportunidades que nós estivemos com a Ecourbis no domingo e ontem à noite, essa questão foi bem detalhada. Assim, sobre essa questão da saturação dos aterros por todos os problemas que já constam inclusive aqui da manifestação, né? Falta de políticas efetivas pra redução e tal, mas que inclusive a gente exporta ainda, exporta pra outras cidades parte dos resíduos hoje, né? A cidade é dividida entre duas empresas concessionadas, né? Com Ecourbis e a LOGA

regionalmente, e se a pessoa pudesse esclarecer essa colocação da Beth? Eu não me lembro o nome da pessoa da SP Regula que eu vi entrando na reunião.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:08:08

Por favor, que se tiver alguém da SP Regula.

Maira Soares Galvanese 1:08:11

Eu acho que a Juliana está no chat.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:08:14

Juliana, você está ouvindo a gente?

Beth - Instituto Pólis 1:08:22

Enquanto ele espera, eu lembro também que eu fiz uma pergunta sobre a liminar, né? Se ela caiu ou não, que não poderia movimentar?

Anita Correia de Souza Martins 1:08:29

É? A gente não tem conhecimento disso também, viu Beth? A gente não tem conhecimento, a gente costuma perguntar quase toda semana pro jurídico, né? Que tem uma consulta que é feita pra ver a situação da liminar, mas eu acredito que a Patrícia também saiba, né? Eu acho que o Nabil (vereador) faz o acompanhamento disso, né?

Patrícia Marra Sepe 1:08:50

Sim.

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:08:52

Sobre a liminar, gente só tem uma liminar do Hélio Rodrigues e do Nabil que impede a desmatamento das 10.000 árvores é a única.

Patrícia Marra Sepe 1:08:53

É?

Beth - Instituto Pólis 1:09:02

Tem uma outra liminar que foi pessoal de Alto de Pinheiros, né? Patrícia, que ela caiu, que que era mais ampla, que também abarcava isso, que era não permitir mexer no plano diretor.

Patrícia Marra Sepe 1:09:03

E suspeita?

Beth - Instituto Pólis 1:09:18

Como um todo?

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:09:18

E a única liminar desculpa, Patrícia.

Patrícia Marra Sepe 1:09:19

Não? Então, falar Hildeni é assim, são 2 questões no PL que foi aprovado. Ele tratava da mudança do macrozoneamento e foi incluído um jabuti, que é, mexia no psiu, regulando, liberando o som de shows na cidade. O pessoal é, na verdade, de Pinheiros, mas da região, do aliens. Entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade que saiu antes de ontem suspendendo, tornando inconstitucional o artigo do ruído. O restante do PL, a mudança do Macrozoneamento está valendo. Então, infelizmente a lei está valendo, é, o artigo quarto está lá inconstitucional da apuração do TJ com relação a nossa ação é movida pelo Hélio e pelo nosso mandato. É no primeiro momento nós tivemos vitória porque a gente questionava o licenciamento fracionado e a questão da desapropriação e concessão da área do Parque para SP Regula, né? E consequentemente para Ecourbis. O juiz num primeiro momento, ele deu o despacho, acatando tudo e depois o município recorreu e, entendendo que é uma questão emergencial, o juiz liberou apenas o movimento de terra, o movimento de terra onde não houvesse supressão da vegetação, entretanto, ainda está válido o questionamento quanto o fracionamento do licenciamento? A gente sabe que a Secretaria está recorrendo a Ecourbis sei lá o quê, mas a liminar, não é nem liminar, é a decisão judicial está válida. O juiz pediu agora um parecer para o Ministério Público e como lembra a Vilma houve mais 2 ações aí Inquérito Civil no Ministério Público movido pelo mandato da Juliana Cardoso e pelo Toninho Vespoli, separadamente que depois foi juntado e

está acompanhando a nossa ação popular, que já foi julgada pelo TJ, tá? Então, essas questões eu entendo que o licenciamento está suspenso é uma coisa que o nosso mandato, inclusive, vai questionar a Ecourbis e a própria CETESB, né? Porque a gente questionava o licenciamento fatiado, parte em SVMA e parte na CETESB. Então a decisão judicial, ela não incide só na Prefeitura de São Paulo, ela deveria incidir também sobre a CETESB, mas então é isso que nós temos. Acho que teria um advogado também do mandato do Hélio aqui, o Glauco, a Rosane também é advogada, nos próximos dias a gente vai questionar isso, tá bom?

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:12:38

E a única coisa que foi indeferida para vocês saberem foi a questão da Tabata Amaral, do mandato dela, que foi indeferido. É só isso? Para complementar o que a Patrícia está falando?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:12:49

Obrigada, gente. Agora eu vou dar continuidade na leitura do documento e vou ler sobre as mitigações, as medidas mitigatórias propostas. Tá? Essa aqui foi proposta pela Norma. Eu incluí agora há pouco:

"Realizar audiência pública no bairro de São Mateus, onde os moradores, associações e organizações locais possam Ser informados sobre o que é o projeto de Ampliação do Aterro - Fase 6, sanar dúvidas, pois em nenhuma das audiências realizadas na Câmara Municipal de São Paulo, em novembro e dezembro de 24, foi apresentado o projeto para esclarecer a população."

Apesar de ser *pro forma*, é realizar audiência na região, né? É importante constar que ficar mais forte essa recomendação do conselho, tá?

"2: O empreendimento é limítrofe ao PNMCA. Dessa forma, entendemos que essa unidade deve ser beneficiada com 100% da compensação por impactos não mitigáveis referente ao artigo 36 da Lei 9.985/00. Assim que definido o valor da compensação por impactos não mitigáveis, este deverá ser informado à SVMA CGPABI/DGUC."

E aqui do texto do Fernando, eu tirei ele. Ele também colocou da mesma forma que a gente só tirou essa última parte aqui que eu estou grifando em cinza, tá? A Norma me encaminhou uma dúvida por e-mail. Sobre isso, né? Aqui:

“Sugiro que essa unidade deve ser(…)”

Deixa eu tirar isso aqui daqui:

“(…) beneficiada com a compensação por impactos não mitigáveis e, principalmente, toda a região da bacia do Rio Aricanduva, com criação de praças, áreas verdes, parques lineares, corredores ecológicos para minimizar ocorrência de erosão de encostas e morros, evitar o assoreamento dos rios, prevenção de enchentes, além da importância da manutenção da qualidade do ar e microclima da região.”

Norma perfeito tá aí, eu coloquei uma explicação aqui abaixo, é, sobre a Lei. Como o empreendimento está na Zona de Amortecimento do Parque e Cabeceiras do Aricanduva, esse parque, ele deve necessariamente ser um dos beneficiários? Esse valor poderia ser dividido com outras UC's e usado para implantar novas UC's, mas como o valor não é tão alto, o valor pelo menos o pré-cálculo que eles apresentam então no EIA/RIMA cerca de R\$ 550.000 e a Cetesb aqui vai atualizar e pode subir ou diminuir. A intenção é que o valor seja depositado em conta específica do Parque para ser usado em atividades pertinentes à sua manutenção e implantação, que já está acontecendo, tá? Eu coloquei a referência aqui: Artigo 36 do SNUC, especialmente § 3º, pra quem quiser ver, então, Norma sobre implantação de outros parques, outras áreas verdes a gente coloca em outro item também, tá? Não sei se você chegou a ler outros os outros itens.

“3: a correção do GI (Grau de Impacto) indicado no EIA/RIMA para a base de cálculo do valor da compensação ambiental apresentado como 0,34% em conformidade à Lei Federal nº 9.985/2000. O valor deverá ser reajustado com base em 0,5% sobre o valor total previsto para implantação do empreendimento;”

O Fernando pôs também esse item, tá? Ele aí ficou igual, então só deixei aqui para vocês verem.

"4: Considerando que haverá perda de recursos naturais e de sua respectiva prestação de serviços ecossistêmicos sobre a região e que as áreas protegidas já existentes hoje já se encontram em processo de restauração, solicitamos que o cumprimento do termo de compensação firmado com o órgão contemple a viabilização da desapropriação de áreas para criação/ampliação de Unidades de Conservação e Parques Municipais previstos para a Região Leste, conforme o Plano Diretor Estratégico (...)"

A gente colocou aqui "Anexo 2 quadro 7" e essa observação que a gente consultou, mas a gente precisa confirmar onde está esse anexo das áreas verdes previstas para serem implantadas dos Parques e Unidades de Conservação previstos para serem implantados ou ampliados áreas de ampliação. Isso tudo está no GeoSampa também. A gente deixou amarrado dessa forma pra que eles não busquem compensar fora da região:

"(...) podendo ser consultada a Coordenação de Planejamento Ambiental - CPA da SVMA, para maiores esclarecimentos.

5: A adequada mensuração dos impactos do empreendimento sobre o PNMCA depende da elaboração do Plano de Manejo da UC. Desta forma, sugerimos que a LP ou LI do empreendimento exija que o empreendedor custeie a elaboração do Plano de Manejo.

6: A presença do empreendimento em área limítrofe ao PNMCA aumenta o risco de incêndios na área, seja pela supressão da barreira vegetal em sua Zona de Amortecimento, seja pela presença de trabalhadores e, portanto, maior circulação de pessoas que podem causar incêndios acidentais. Portanto, sugerimos que o empreendedor custeie os equipamentos de uma base de combate a incêndios, a ser implantada pela SVMA no PNMCA, no âmbito do Programa Operação Fogo Zero."

A Norma questionou, a gente é, detalhou aqui o que precisaria para instalação dessa base, né? Porque a gente já tem um TR escrito e já tem a previsão de 5 bases. Então essa aí seria a sexta, que seria custeada, e se a gente conseguir que eles

cumpram essa medida aí que a gente está sugerindo, a gente já vai ter um programa, que é o Programa Operação Foco Zero, já vai ter um TR que vai poder cuidar/abarcara essa nova base, entendeu? Então a gente colocou dessa forma bem detalhada a Norma, né? Com todos os EPI's que da forma que já está no TR, porque se a gente não coloca dessa forma, talvez a gente não consiga todos os equipamentos da mesma qualidade. Pode perguntar, Norma.

Norma Arata 1:19:36

Mas eu acho que esses equipamentos, tirando os veículos, são, não são valores, são valores baixos pra gente colocar aí na manifestação. Colocar os equipamentos: brigada, equipamento, ferramentas modernas terrestres, digitais, tecnológicas sim, mas precisa detalhar esses EPI's? Esses EPI's são, tirando os carros, os EPI's não são coisas caras para colocar/focar numa manifestação, eu acho que são muitos materiais aqui que não precisariam colocar, sabe? É a roupa, apito. Eu resumiria, eu daria kits, tantos kits de brigada de incêndio, ser um pouco mais enxuto essa ideia.

Patrícia Marra Sepe 1:20:42

Posso dar uma sugestão Danuta? Em relação a esse item: falar da brigada conforme Termo de Referência a ser apresentado por SVMA, porque daí (...)

Maira Soares Galvanese 1:20:42

Tá?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:20:43

É? Pode falar, Patrícia.

Patrícia Marra Sepe 1:20:56

(...) vocês fazem a especificação de acordo com o que vocês estão assumindo, mas é o Termo de Referência dado pela SVMA, tá bom?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:21:01

Tá? Pode ser? Tá, pode ser, mas eu queria esclarecer Norma que são é equipamentos bem específicos, né? Não são baratos não, apesar de perto de outros, não são baratos,

mas são muito importantes. É muito importante a presença de uma brigada de incêndio lá na Região, né? E se a gente puder conquistar isso sem tirar o resto que a gente tá pedindo também, sem nenhum ônus de perder as outras coisas que a gente considera mais prioritárias, talvez, tá? E aí acho que, eu acato também, Patrícia. Acho que fica de uma forma resumida, mas ao mesmo tempo específica.

Norma Arata 1:21:40

Eu concordo com a fala anterior.

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:21:40

E vocês podem verificar Danuta.

Norma Arata 1:21:45

Eu concordo com a fala anterior.

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:21:51

A questão é que eles estão fazendo todos os processamentos de reciclagem, até coleta de lixo agora. O histórico é totalmente defasagem de políticas públicas sobre isso. Eles só estão maquiando a situação pra que a gente entre em conflito com o Conselho, sendo que o Conselho está sendo claro e transparente sobre as questões que estão sendo levantadas.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:22:23

É o Fernando Deli colocou um pouco lá no histórico sobre isso, sobre é o mau planejamento da gestão como um todo e a urgência que que é gerada, né? E acaba gerando essa situação de urgência, né? Então eu acho que tá de uma certa forma contemplada. Eu vou continuar lendo, tá?

Patrícia Marra Sepe 1:22:42

É, Danuta, desculpa até ficar sugerindo, mas eu acho que a Beth fez uma lembrança e deixou mais explícito que não foi cumprida as metas do PGIRS aprovado em 2012, então deixar lá (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:22:59

A gente (...)

Patrícia Marra Sepe 1:23:01

(...) nos considerandos tá explicitamente, porque ele é um documento oficial, ele tem meta, ele está sendo revisto e ontem na audiência/ na reunião é eu esqueci o nome da pessoa da Ecourbis, né? O engenheiro: ele falou que eles estão totalmente (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:23:01

Pode incluir, né?

Patrícia Marra Sepe 1:23:20

(...) adequados ao Plano Nacional e ao Plano Municipal. E a gente sabe que isso não é verdade, tá? E que o Ecoparque já estava previsto lá em 2000, quando foi feito o PGIRS né? Então, eles também estão com esse discurso. Eu acho importante citar explicitamente o PGIRS.

Beth - Instituto Pólis 1:23:40

Não! E só complementando, Danuta. Só complementando o Ecoparque do PGIRS não era para implantar Recuperação Energética (URE) ou Incineração: o nome que quiserem dar para ficar bonito à queima de resíduos.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:23:41

Colocar aqui e ajudem aqui a escrever aqui: "Considerando o não cumprimento..."

Beth - Instituto Pólis 1:23:59

Era pra justamente fazer em escala compostagem e a triagem dos materiais coletados em 3 frações. E isso fique bem claro aí porque (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:24:09

Certo, Beth, só que é essa Ampliação ainda não tá tratando disso nenhum momento, fala, né?

Beth - Instituto Pólis 1:24:15

Não, mas todo mundo sabe Danuta que isso não vai se fazer. Como o Ulisses falou, o Fernando: essa cava gigantesca, esses, derrubar 62.000 árvores só para ampliar o aterro, esse fracionamento é uma estratégia manipulatória, né? Na cidade de São Paulo.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:24:33

Olha, eu vou, eu vou deixar aqui esse item. A gente tenta escrever melhor depois, junto com os conselheiros na hora da aprovação, eu vou continuar a leitura, tá? Ulisses, você quer falar enquanto isso.

Ulisses Queixada 1:24:50

Não.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:24:51

"7: Diante dos relatos de incômodos por ruídos, sugerimos que toda a frota de veículos seja substituída por modelos mais silenciosos, tais como veículos elétricos. O mesmo vale para outros equipamentos utilizados para operação do aterro. 8 (...)

Ulisses Queixada 1:25:11

Só um segundo, pessoal, é a fala de ontem do profissional.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:25:14

Pode falar.

Ulisses Queixada 1:25:21

Que é sim um servidor público contratado. Beth e Patrícia, se o profissional fez uma fala que é equivocada, abra um processo, peça a demissão desse funcionário. Passou da hora de nós, Sociedade Civil, nos organizarmos. Num outro processo, servidor público mentiu dentro de uma Reunião e nós começamos a parar com essa história. Então assim, se ontem essa Reunião foi gravada, peça a gravação e peça a demissão automática desse profissional que é sim profissional da Ecourbis, porém, é um servidor

público contratado porque a Ecourbis presta serviço público. Passou da hora de nós começarmos a exigir falas verdadeiras, seja do servidor direto, seja se ele for contratado, não tem cabimento! Alguém representando uma empresa e a Prefeitura de São Paulo vir com informações que são mentirosas, que são inverdades.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:26:27

Obrigada, Ulisses! sobre o vídeo, a gente vai disponibilizar a vocês. A gente teve dificuldade de acesso porque a Reunião foi marcada pela Ecourbis ontem. Então estava no é no Teams deles, né? No Outlook deles. E eu pedi hoje de manhã, foi disponibilizado para mim. Agora eu preciso colocar em algum lugar na nuvem para compartilhar com vocês, porque é um vídeo muito grande, tá? Vou continuar aqui:

“8: Diante dos relatos de explosões e deslizamentos de solo ocorridos no passado sugerimos que o empreendedor apresente documento e realize visitas com o Conselho do PNMCA e a população do entorno do aterro, explicando detalhadamente as medidas que compõem o programa de gerenciamento de risco.

9: Considerando a dispersão de material particulado causada pelo descobrimento do solo e pela falta de veículos além da presença de resíduos de diversas tipologias no local e relatos apresentados pelo Conselho de problemas de saúde relacionados a proximidade ao aterro, sugerimos a implantação de Unidade de Saúde na região, que conte com médicos especialistas e programa específico de registro de notificações e atendimentos em doenças relacionadas à poluição do ar e da água, nos moldes do acompanhamento implantado no entorno do Polo Petroquímico do Grande ABC.

10: Subsidiar a contratação de 4 monitores ambientais permanentes 2 a serem alocados no PNMCA e outros 2 no MONA Morro do Cruzeiro, Pico do Votussununga para atuação em programa conjunto (Ecourbis e SVMA) de educação ambiental permanente com foco na educação para a minimização da geração de resíduos e sua relação com a conservação da biodiversidade.

11: Considerando a circulação da fauna, nos fragmentos florestais lindeiros ao aterro sanitário e a possibilidade do aparecimento de animais acidentados e adoentados, sugerimos que o empreendedor subsidia a implantação e

manutenção permanente de Posto de Triagem Avançada de fauna silvestre em local específico a ser definido pela Divisão de Fauna Silvestre da SVMA.

12: Considerando a grande possibilidade da ocorrência de incidentes com animais acidentados e ou adoentados durante o processo de afugentamento de fauna nas áreas de depressão arbórea, instalação sugerimos que o empreendedor aporte recursos financeiros ao CeMaCas localizado no RVS Anhanguera e aos CETAS localizados no Parque Ecológico do Tietê. Para maiores detalhes sobre esse item pode ser consultada a Divisão de Fauna Silvestre da SVMA, em momento oportuno.

13: Considerando a supressão de fragmentos florestais, sugerimos que seja apresentado detalhadamente Plano de Resgate e Realocação de Flora (especialmente epífitas) que cite como será feito e onde serão realocados os exemplares resgatados.

14: Considerando a divergência de dados apresentados pelo empreendedor no Relatório nº 761/2025 quanto a supressão de fragmentos florestais de 48,77 hectares, e pág. 2-14, de supressão de 30,2134 ha, solicitamos que conste da manifestação do órgão licenciador a análise sobre a qual a área total indicada para a supressão de fragmentos florestais.

15: Ressaltamos que a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025 (pág. 2-17), item 2.24, está incompleta. O empreendedor indica que o Plano de Emergência e Contingência, exigido pelo órgão ambiental licenciador está sendo elaborado pela Transpetro. Diante da proximidade do aterro com os dutos. No entanto, exigimos a apresentação de Plano de Gerenciamento de Riscos relacionado a toda operação do aterro, incluindo não só a adoção de procedimentos em emergência sobre os dutos, mas também em situações de deslizamentos, inundações, vazamentos. O Plano de Gerenciamento de Riscos deve incluir todas as medidas e procedimentos relacionados à operação do aterro, visando medidas de prevenção, mitigação, redução de riscos ao meio ambiente, funcionários e prestadores de serviços do empreendimento e a população do entorno.

16: Consideramos que a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025, pág. 2-19, item 2.28, '...tais APPS deixarão de existir...', permanece incorreta, uma vez que o Acórdão do STF de 24/10/24, julgou pelo funcionamento dos aterros sanitários já instalados, em fase de instalação ou ampliação, localizados em áreas de preservação permanente (APP's). A decisão do STF não

versou pela não existência das APP's. Dessa forma, solicitamos ao órgão ambiental licenciador a análise da ampliação do empreendimento sobre as APP's existentes.

17: Considerando a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025, página 2-20, item 2.31, referente à solicitação de esclarecimento do Conselho Gestor sobre a comercialização da vegetação nativa apresentada no EIA/RIMA ressaltamos que o empreendedor deverá formalizar junto ao órgão ambiental licenciador a revisão do procedimento, conforme consta no RT. Solicitamos que o empreendedor apresente à CETESB, documento comprobatório de que não haverá comercialização ou transporte do material lenhoso, conforme apresentado na RT, item 2.31.

18: Considerando que este Conselho acompanhará todas as etapas relacionadas ao processo de licenciamento ambiental, indicamos que o empreendedor deverá apresentar mensalmente ao Conselho Gestor todas as informações relacionadas ao andamento do processo, bem como das etapas da implantação.

19: Considerando a manifestação apresentada pelo empreendedor no RT nº 761/2025, página 2-21, item 2.32, '...Tais valores estão sendo revistos no EIA/RIMA junto à CETESB...'; este Conselho Gestor se resguarda o direito em fazer novas recomendações, caso as informações atualizadas demandem alterações sobre os impactos do empreendimento. Solicitamos ainda a apresentação da revisão do EIA/RIMA, conforme informado pelo empreendedor na RT.

O número 20 e 21, é, eu peguei do texto do Fernando:

20: Bem como, demais providências, objetivando, se possível, a máxima proteção à biodiversidade, ao conjunto das águas superficiais e subterrâneas e à qualidade do ar ao PNMCA.

21: Bem como, demais providências em relação à qualidade de vida da população afetada.

Considerações finais é o que eu já li lá no começo da reunião.

"Essa manifestação diz respeito estritamente ao processo CETESB.067398/2024-63 EIA/RIMA 300/24 apresentado pelo empreendedor, cujo objeto é a ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste CTL - Fase 6."

Não diz respeito à instalação de Ecoparque de incinerador. Tá, pessoal? Eu vou abrir para comentários. Vou dar prioridade para os conselheiros, tá? Na ordem que forem levantando a mão e depois de meia hora a gente vai abrir para votação, tá? Vou dar 30 minutos. 2 minutos para cada um como antes. Oi, Tiago.

Tiago de Andrade 1:34:40

Deixa eu fazer, deixa eu fazer uma pergunta, porque eu não, não vi na leitura essa questão. A questão de custear o Plano de Manejo na sua totalidade está incluso aí?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:34:53

Está incluso o Plano de Manejo, acho que a gente não colocou a totalidade.

Tiago de Andrade 1:34:58

É porque eu, o que virá não paga o Plano de Manejo, né? Aqueles R\$ 500.000 não consegue pagar o Plano de Manejo, então o custeio total desse Plano de Manejo da estruturação dele é fundamental pra Unidade.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:35:04

É verdade. Tá legal, acho que é importante mesmo deixar dessa forma, eu vou abrir a palavra aqui para o Hildeni que é o primeiro da fila. Hildeni, a palavra é sua.

Tiago de Andrade 1:35:13

Tá bom?

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:35:23

Então, pessoal, sobre a questão do MONA que está levantado, que é o Monumento Natural, é. Foi uma conquista que a gente teve aqui das inúmeras derrotas sobre o aterro sanitário, né? É fica localizado próximo ao próprio aterro sanitário e vai ser afetado tecnicamente sobre isso. A gente, numa reunião com a Secretaria Municipal de licenciamento e arquitetura de São Paulo na Subprefeitura a gente é colocou em umas prioridades para que tenham é essa acessibilidade dentro do Morro do Cruzeiro, né, que é o Pico do Votussununga também proteger as Cabeceiras, tudo porque o

aterro vai ferir isso das 10.000 árvores já vai danificar a questão do meio ambiente. Agora, com esses 63.000, também vai prejudicar o MONA que foi construído, entendeu? Por isso que eu peço aos conselheiros ao indeferimento, porque, querendo ou não, eles estão prejudicando as futuras MONAS, futuras APA's, e APA's também do Parque do Carmo, sobre isso está bom, obrigado só. Já concluí.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:36:51

Obrigada, Patrícia.

Patrícia Marra Sepe 1:36:55

É Danuta. Eu queria fazer algumas observações, né? É ontem eu assisti à apresentação e me chamou atenção 2 questões: eles estão propondo a construção de 2 piscinões. Ele mostrou uma curva de vazão, né? Hoje com a fase 5 totalmente implantada, com a fase 6, a vazão do córrego Limoeiro aumenta muito. Então a sugestão dele é a construção de 2 piscinões. Eu perguntei do cronograma de implantação, eu acho que vocês têm que exigir/falar explicitamente que o EIA/RIMA mostra que vai, o EIA/RIMA ou a complementação, vai haver um aumento de vazão do Limoeiro e conseqüentemente depois chegando no Aricanduva e que seja apresentado o projeto porque também ele mostra o que senão assim por cima, não mostra reservação nenhuma, né? Então isso tem que ser uma exigência de que seja construído logo, porque senão a enchente que afetou vocês no Natal vai ser piorada. E teve a declaração de uma moradora que não é mais só água e sim é lama tal. Eu acho que seria muito prudente, ontem eu perguntei para ele, ele enrolou e não respondeu que seja esclarecido que das 63, quase 63.000 árvores: quantas incluem a compensação das fases anteriores do aterro? Eu acho que isso também precisa ser explícito, por que uma conselheira até perguntou na reunião se isso não induziria a ser até duplicada a compensação, porque você está cortando a compensação da compensação, né? Então eu aconselho vocês colocarem e finalmente eu sei que é 2 minutos. Ele apresentou ontem que a Ecourbis comprou uma área e é do outro lado da Avenida Sapopemba, né? Pensando em termos a Oeste aí e que ele tá tendo muita dificuldade para passar a matrícula tal. Eu acho que isso é reserva de área para uma futura expansão de uma fase 7 do aterro, porque vai acontecer a mesma coisa que vem acontecendo. Ele falou: "Não imagine, não dá nem porque daí tem que realocar de novo a avenida

Sapopemba.” Eles já fizeram isso, né? Já realocaram totalmente. Então, ser uma exigência que essa área seja registrada na matrícula do cartório, que ela é reserva legal urbana, proibido o corte e seja doada à Prefeitura de São Paulo. Tá, porque isso é sim reserva de área para futura em expansão, seja de aterro ou de outras instalações, tá? Então é a minha sugestão. O quadro, os parques a serem implantados, o anexo é o anexo 7, quadro 5 do Plano Diretor é atualizado pela Lei 17.728, mas se mantém o Anexo 745 tá? E última coisa eu incluiria o Monumento Natural como uma área objeto também da compensação, porque eles também não terminaram de implantar, é isso, minhas sugestões.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:40:51

Patrícia, eu tentei escrever aqui alguns itens sobre o que você falou mas eu preciso de ajuda para a gente elaborar melhor que esses itens para ver se contempla, porque a intenção é sair dessa Reunião com um documento deliberado, um documento que depois vai já ser encaminhado como resposta à CETESB.

Maira Soares Galvanese 1:41:13

Danuta, deixa eu só fazer interromper aqui na ordem pra Patrícia. Patrícia, na solicitação de esclarecimento que o Conselho encaminhou anteriormente, foi feita a pergunta, com relação a vazão do córrego Limoeiro né e qual seria a capacidade desses reservatórios que eles estão prevendo? E tá escrito na resposta da Ecourbis no final ele fala qual que é o volume dos reservatórios e fala que no final vai ter uma redução de 22% da vazão considerando um tempo de retorno de 100 anos. Então, na resposta deles tem isso, então talvez a gente tenha que pegar, voltar lá no documento e retomar para incluir aqui se o Conselho estiver de acordo com essa colocação desse item.

Patrícia Marra Sepe 1:42:07

É tal?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:42:13

Enquanto a gente ouve os outros.

Patrícia Marra Sepe 1:42:15

Isso é isso que eu ia falar, tá bom?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:42:18

Tá, muito obrigado.

Maira Soares Galvanese 1:42:18

Pode ser no chat, Patrícia.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:42:21

Isso aí. Depois a gente inclui aqui no documento. Obrigada, é Eleni, está com a palavra.

Eleni, Jurubatuba Mirim 1:42:29

Oi gente, boa tarde é eu sou um pouco leiga em tudo isso que está acontecendo, mas me preocupa uma coisa é a gente não ser mais firme no início desse documento e dizer que porque os conselheiros do país eles são a voz da população e dos frequentadores do parque, né? Então eu tenho acompanhado aí a situação, tenho ido a algumas audiências, algumas reuniões, tal e o que que eu noto: o pessoal é contra essa ampliação, então acho assim que lá no alto já tinha que estar escrito, né? Nós somos contra essa obra. Ah, tudo bem, já tem lei, já tem isso, não tem e tem aquilo, mas a população se coloca contra isso, porque é um absurdo a gente tá fazendo incinerador na cidade de São Paulo ou em qualquer lugar do mundo em plena emergência climática! Então esse é um primeiro ponto. Um segundo ponto é que eu acho que a questão das águas é crucial, nós estamos vivendo uma emergência climática, nós estamos com racionamento de água, né? Ontem mesmo eu não tinha água na minha casa, então eu acho assim que isso precisa ser um tanto mais esmiuçado já que o Conselho se deteve com tanta dedicação a examinar os documentos e a fazer considerações em diversas questões, né? Que a gente vê que eles não estão fazendo, ontem quando eu perguntei sobre a as águas, ele deu só respostas evasivas, e o que me chocou demais foi dizer que foram recuperar nascentes em lugares que elas estavam na natureza, né? Lá em Joanópolis, né? Em Salesópolis. Então, eu acho assim tanta nascente para recuperar na cidade de São Paulo, tanto rio para cuidar na cidade de São Paulo, eles estão indo lá longe. Então ressaltar um pouco

mais a questão do Parque Linear Aricanduva e um pouco assim, ser um pouco mais duro no pedido de um corredor ecológico ali, sabe um Parque Linear mesmo mais efetivo mesmo pra cidade. Agora me preocupa muito que eles vão mexer tanto nas nascentes e no Rio Limoeiro que vai reduzir a vazão de água ao invés da gente estar trabalhando para produzir água devido a escassez de água eminente no planeta! Nós estamos trabalhando para uma redução de 22%. Isso é assustador, então é a única falha assim que eu percebo no documento, porque eu não consegui estudar com a profundidade que os conselheiros estudaram e outras pessoas que estão aqui presente também estudaram. Obrigada gente, eu agradeço vocês terem me convidado para estar junto aí nessa luta.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:45:52

Isso Eleni, muito obrigada. É se você conseguir construir um item pra ser colocado aqui na nossa manifestação, constrói aí no chat. A gente inclui aqui tá bom? Seria muito bom, muito importante. Obrigada, é.

Beth - Instituto Pólis 1:46:15

Você viu que eu construí pro PGIRS né, Danuta?

Eleni, Jurubatuba Mirim 1:46:15

Obrigada.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:46:19

Eu não estou acompanhando o chat agora, mas as meninas estão, está bom? Obrigada Beth. É passo a palavra para Roseli.

Hildeni Antonio Gomes Junior 1:46:25

E só para complementar Eleni rapidão. É adaptação climática que a gente está tendo, só isso.

Roseli CGPNMCA 1:46:39

A minha questão aqui que me incomoda, é que só fala das 63.000 árvores, 62.000 árvores. Mas considerando né o local eu não, não tem só árvore, né? Tem epífitas, né?

Como foi citado também no momento aí, numa dos nossos itens, né? Tem a questão de a vegetação como um todo, as nativas, né? E assim é só citar as árvores, né? Não poderia ser estar acrescentando também em sua vegetação não sei como poderíamos incluir toda a vegetação e não só essas 63.000 árvores.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:47:37

Entendi.

Roseli CGPNMCA 1:47:37

Porque aí o número aumenta muito mais, né? Que é supressão de vegetação mesmo se vai tirar todas essas árvores, né?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:47:43

Roseli, esse cálculo, né? Esse levantamento é o levantamento exigido no processo de licenciamento, né? Então eles seguem todo esse rito, realmente é por isso até que calcula-se a perda não mitigável ou dano não mitigável. Tem coisa que perde-se e não volta mais e é compensado em dinheiro. É questionável? É questionável. É, é a lógica do poluidor pagador. Não sei se vocês já ouviram falar dessa teoria, né? Mas é uma coisa para realmente também para além do conselho, é legal, vai ficar (...)

Roseli CGPNMCA 1:48:11

Pode? Já?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:48:22

(...) registrado aqui na ata essa sua colocação, mas é algo que a gente tem que debater e levar além, né? É sobre o atendimento do rito que a lei exige hoje é o que eles estão procurando atender é o que precisa pra eles, é isso que eles precisam pra tocar um empreendimento. Tá?

Roseli CGPNMCA 1:48:44

Outra questão né, que a gente poderia estar incluindo também um item pra inclusão de catadores autônomos não só aqueles que estão em cooperativas, associações porque o trabalhador, ele pode, sim, escolher a maneira como vai ser o trabalho dele.

Só que assim, os catadores, eles sempre, os autônomos, eles sempre ficam, é sem um programa específico pra eles, né? E, além desse programa, eles também se sejam uma escolha prioritária pra educação ambiental, né? A gente viu ontem na reunião, né a dona Mara falando: não existe pessoal melhor para falar sobre separação de reciclável e não reciclável, maneira como a gente põe o reciclável para coleta seletiva do que é esses trabalhadores, né? Então, eu incluiria, é essas 2, esses 2 pontos aí, né? No que a gente já tá encaminhando.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:50:06

Roseli, se você também conseguir escrever um pequeno item pra gente incluir, tá lá aí no chat enquanto a gente ouve os demais inscritos. Obrigada.

Roseli CGPNMCA 1:50:18

Obrigada.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:50:20

Ulisses, com você.

Ulisses Queixada 1:50:25

Tá, vamos lá, pessoal primeiro, só uma correção rápida. Danizito, meu amigo, o MONA não é um ganho, o MONA é o poder público destruindo a história de luta de 35 anos para um parque, é o poder público passando por cima de várias leis estaduais e municipais, criando o Parque Morro do Cruzeiro, é o governo acabando com tudo isso e dando o nome de MONA (Monumento Natural) e o que é pior, o MONA tem milhões de recursos para implantar e vai fazer merda conforme eu já aponte na audiência sobre o MONA, que foi tão absurda, que tinha mais servidor público do Verde do que população porque ninguém mobilizou nada da Subprefeitura. Foi 2 funcionários no Meio, tirou uma foto e foram embora. Então, só um recorde sobre o MONA. Vamos lá, do número de árvores camaradas, olha que absurdo, foi inclusive uma ponderação minha que, enfim, que a Ecurbis abriu o número que mudou de 10.000 pra arredondando: 63000. É 62.722 árvores, arredondando quase 63.000! Olha que absurdo: mudou de 10, que gera um número grande, um número alto de corte de árvores de supressão para 63.000! O que, acredito, isso caracteriza má fé, da Ecurbis

no momento do EIA/RIMA. Se isso for má fé, isso cabe ao juiz julgar ou não, isso acaba com esse processo. É mais um motivo para acabar com esse processo porque como é que eu vou cortar 63.000 árvores e eu digo no início que não são só 10? São só não, já são 10.000 árvores em um distrito que é o menos arborizado da cidade de São Paulo. Da compensação Danuta e camaradas, eu entendo a questão das compensações, porém as compensações não podem ficar só no Parque, tampouco naquela região, o impacto é para São Mateus. E, já que, inclusive futuramente se imagina gerar energia, o debate é muito mais amplo: que a compensação seja pra projetos ambientais na região de São Mateus, inclusive na região dos camaradas que moram em Mauá que não estão aqui e deveria. A prefeitura e a Secretaria do Verde deve chamar Mauá para o debate sempre: "Ah, ela não vem, ela não vem." Tudo bem, mas foi chamada? Os camaradas de Mauá foram chamados para essa conversa? Tudo bem, a conversa é do Conselho, beleza, beleza, mas os camaradas de Mauá e as camaradas de Mauá devem ser convocadas e convocados sempre! Mauá também será extremamente impactado com essa possível 6ª ampliação. E aí, assim, nós estamos hoje discutindo a 6ª, amanhã vamos estar correndo para discutir a 7ª, a 8ª, a 10ª. Porque o PGIRS quando foi discutido e eu estava lá na Conferência Municipal de Meio Ambiente, foi feito um documento e até agora efetivamente, o que que a Prefeitura, o que o poder público municipal tem feito para cumprir o (PGIRS) Plano de Gestão Integral dos Resíduos Sólidos? Quase nada (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:53:52

Ulisses, peço que você conclua, tá? Já tem 3 minutos.

Ulisses Queixada 1:53:55

(...) quase nada, então é isso, inicialmente é isso! E depois eu faço então a manifestação contra ou a favor desse relatório.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:54:03

Ulisses a gente pretende encaminhar o documento daqui, né? Delibera-lo daqui, se você puder fazer no chat um parágrafo, ou onde você acha que entra melhor a sua sugestão aí de medida mitigatória ou é um considerando, ou as 2 coisas coloca aí pra

gente e aí a gente coloca aqui no documento, tá? A Maíra e a Bruna estão cuidando disso. Com a palavra, Vilma.

Vilma 1:54:38

Alô, tá escutando? Tá escutando?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:54:43

Sim, sim, estamos.

Vilma 1:54:44

Tá, gente? As questões que eu coloco é que esse empreendimento, como já escrevi no chat várias vezes, é um grande empreendimento, é uma empresa, é uma indústria que na verdade foi fragmentada, ela foi dividida em fases até para, para me tentar amenizar, né o impacto, né? Diante da população e dos órgãos ambientais, o que a gente tem que entender, gente, que a gente já tem uma petroquímica, que provável, já causa doenças na nossa região há anos. Agora nós vamos ter uma grande empresa que não gera emprego, não tem nem impacto de emprego e vai causar doença para nossa população. Vai trazer problema psíquico, tá? Sabendo que hoje nós temos 450.000 habitantes no território de São Mateus, em 48 km? Fora Mauá, né que estão, na verdade, sendo prejudicados e nem a nossa rede de assistência básica de saúde não tá atendendo os casos que já são hoje, o que existe hoje da saúde. Então, gente, eu peço, eu vou falar uma coisa muito clara, eu peço, pelo amor de Deus, a todos os conselheiros, diga não, tem que dizer não, eu não tenho direito a voto, mas tem o direito a fala. É não! É a vida da gente, da vida do nosso futuro, dos meus filhos, dos meus netos. Eu peço, por favor: é não a esse incinerador, a esse aterro sanitário, essa indústria que vai matar a nossa população, que já está adoecida pela pobreza. Não dá pra gente aceitar isso, não. Vamos ver que os conselheiros, todos os conselheiros, tenha a honra de falar: "A gente não vai matar a população de São Mateus, que vai matar." Já perdi emprego porque não concordava com aquilo. Se vocês falarem que aceitam é porque, sabe, não sei. Mas todos os conselheiros, usuários e trabalhadores tem que saber que esse grande empreendimento mata. Vai matar e adoecer nossa população. O que a petroquímica já faz? Esse empreendimento fragmentado, que vai acabar com a nossa população com doenças, com a nossa água, com cheiro com tudo

o que se passa, então eu queria dizer assim, com muita tranquilidade que tem que existir um não. E é responsável, eu sei que ele, ele é consultivo, mas esse não é significativo, senão não estava buscando os conselheiros para falar com tanta, né, querendo escutar os conselheiros e o Ministério Público também quer escutar esses conselheiros, todo o Ministério está querendo escutar os conselheiros também, está aguardando essa manifestação. Então eu peço, por favor, que todos os conselheiros votem não, pelo amor de Deus, moram 62 anos do bairro, já lutamos contra o aterro aqui no 9 de julho e se precisar, a gente vai lutar contra até o fim contra essa grande empresa que estão querendo colocar no nossas, no nosso bairro. É isso que eu queria te falar, obrigada, viu gente?

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:58:46

Obrigada. A próxima é Juliana, Ju, é Ju Costa. Não sei se é Juliana.

Vilma 1:58:52

Desculpe, eu.

JuCosta 1:58:56

Oi.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:58:56

Pode falar, Ju.

JuCosta 1:58:58

É, vou falar bem rapidinho. Eu sou daqui da Zona Leste também. Eu participo de alguns movimentos há muitos anos. Também de discussão ambiental. Sou do Fórum de cultura da zona leste e me sinto contemplada pela fala das últimas pessoas que falaram aqui, da Eleni, da Vilma, do Ulisses, do Hildeni, e queria dizer que é fundamental na parte que se fala dos itens de sugestão, que são de compensação elas são rasas para o que se tem hoje, para problemas que a gente vai aprofundar é isso não é nem plausível, né? Então, assim, precisa estar escrito como a Eleni comentou antes de pontuar. Esses itens precisam estar descrito, muito claro, que não é certo a Ampliação que não concordamos, que os Conselhos não concordam, que a população, e

independente de não concordar, esses pontos de compensação, eles devem ser tocados, independente de ter Ampliação. Essa é a questão, né? Então, assim, não se concorda e esses pontos eles devem ser tocados, porque eles não são né? Compensações não são feitas na Zona Leste, certo? Então precisa estar firmado nesse item que não se concorda independente disso, além de tudo isso, tem esses pontos de compensação para serem tocados. É isso!

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:00:51

Obrigada, Ju, a gente não tem mais nenhum inscrito, então a gente vai agora para votação aqui do documento, tá? Ah, o Fernando se inscreveu agora. Desculpa, Fernando, pode falar.

Fernando R. Deli 2:01:12

Oi, desculpa, é que eu é como não tinha mais inscrito aí você falou que ia encerrar. Eu falei, deixa eu levantar a mão. Na realidade, Danuta é só pra é primeiro assim. A Vilma levantou a preocupação, né? quanto ao Conselho ser consultivo e tudo mais, agora é importante que é você, a Maíra acho que foi quem colocou que no caso é o órgão gestor, vai fechar com a mesma posição que o Conselho, né? É um compromisso assumido, então acho que isso é muito bom, porque se alguém for, é contra. Vai ser o órgão licenciador, mas quer dizer gestão junto com o Conselho vai estar junto, e então, isso aí é legal, independente se a posição for favorável ou não favorável, né? Eu achei isso muito, muito é ético, muito legal, tá? É a outra questão é o seguinte, é desculpa, Danuta. No início do documento, quando estava escrito lá que nem você leu, né? Estava escrito Parques Nascentes do Aricanduva e você trocou quando falava sobre o assunto, na primeira versão é, havia uma forma de colocação que era eu não lembro agora como que estava, mas é, dizia, é, dava a ideia de que eram/que era sobre mais um equipamento, alguma coisa assim atividades, né, tá, e aí na proposta que eu fiz isso, eu troquei isso, olha tá vendo? Ampliação das Atividades da Unidade Operacional. Eu coloquei do jeito que está no EIA/RIMA que na realidade, lá não consta Ampliação das Atividades, porque senão pode dar impressão que inclui tudo, né? Então, por isso que eu troquei, aí eu falei, deixa eu dar um toque porque eu não lembrava na hora que você leu. Se isso é permaneceu, não.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:03:07

Coloquei o seu aqui na tela, Fernando, o seu original aqui é onde está, qual que é o item?

Fernando R. Deli 2:03:11

Isso. É na segunda linha do texto. No primeiro parágrafo, segunda linha, primeiro parágrafo.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:03:19

Aqui. Primeiro, parágrafo, segunda, linha aqui.

Fernando R. Deli 2:03:21

Não, não, o de cima. Isso, essa parte aí, olha, tá vendo? A Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste é como está na CETESB, né? E aí eu coloquei dessa forma porque dá outra estava meio estranho, estava a Ampliação das Atividades da Unidade, então (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:03:31

Aham.

Fernando R. Deli 2:03:41

(...) pode dar margem, né?

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:03:43

Vamos corrigir.

Liliane Neiva Arruda Lima 2:03:49

Danuta, é, vamos fechar então no Fernando para não, como você já falou também que a gente já tinha já feito as leituras, né? Então, é senão a gente não vai terminar aqui as falas, tá? Então a gente fechou no Fernando, é os próximos, por favor. Eu peço para colocar no chat.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:04:01

Eu só tenho uma questão de ordem.

Patrícia Marra Sepe 2:04:03

E?

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:04:04

WhatsApp.

Patrícia Marra Sepe 2:04:07

É, então eu só queria considerar que eu coloquei 7 sugestões de recomendação que me pediram e está escrito lá.

Liliane Neiva Arruda Lima 2:04:07

Por gentileza.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:04:08

Eu só tenho uma questão de ordem.

Liliane Neiva Arruda Lima 2:04:15

Ah, legal, tá no chat, né? Patrícia tá no chat. Ah, legal porque? Porque a Danuta já tinha fechado no Fernando, tá? Agora já entrou mais, é mais. Oi, Carlos, pode falar, eu vou dar a palavra para o Carlos e a gente encerra, tá?

Fernando R. Deli 2:04:25

É?

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:04:25

Isso.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:04:27

Eu só tenho uma questão de ordem também.

Fernando R. Deli 2:04:27

Não, eu poderia encerrar. Espera aí Danuta. Oi, ainda é? Tem um? É alguns pontos, pequenos pontos, é na parte que eu tinha mencionado sobre a CETESB que nós tínhamos feito um documento que o Conselho tinha encaminhado (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:04:40

Certo, tem um ponto de? Abre.

Fernando R. Deli 2:04:47

(...) Né? Pra CETESB é que não chegou a encaminhar. Eu acho que cabe uma atualização, porque na realidade o documento foi encaminhado e o que não chegou foi a resposta da CETESB, né? Então, acho legal atualizar que essa informação eu (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:05:00

Sim.

Fernando R. Deli 2:05:03

(...) eu não tinha. Acabei colocando como apenas que houve a intenção de encaminhar, né? Mas precisaria acertar isso, né? Aí exatamente, ó, chegando à elaboração de uma minuta e tal, acho que teria que colocar aqui que foi encaminhado a CETESB justamente querendo que o rito né? Da Conama 428 seja cumprido, né? Eu lembro que a gente questionou inclusive o encaminhamento pelo empreendedor que, embora a Prefeitura tenha aceitado, mas pela Conama, é o órgão licenciador. Inclusive essa resposta que nós estamos fazendo, ela não pode ir só pro empreendedor, ela tem que ir pro órgão licenciador também, porque senão, se o empreendedor guardar na gaveta, sei lá, né? É, a gente, não é? Tem que se resguardar, né?

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:05:46

Tá? Foi encaminhada a CETESB nessa segunda-feira, dia 01/09/2025, tá?

Fernando R. Deli 2:06:00

Tá.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:06:00

Uma.

Fernando R. Deli 2:06:04

Certo?

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:06:05

Eu não, eu quero uma questão de ordem.

Fernando R. Deli 2:06:10

Ah, então eu só queria, então essa é uma observação: a Patrícia fez o questionamento sobre as compensações, né? Dos aterros antigos das fases anteriores, né? E eu é isso. Foi questionado por escrito a Ecourbis e a Ecourbis na sua resposta ela só se pautou as questões de 2007 para cá, ela cita o aterro São João que fez um plantio na área de barreira mas ela, pelo que eu vi, não mostra isso em mapa como nós pedimos e se essa área de barreira inclui a área de mata que já existia e que eles tinham que preservar? Então a resposta não foi satisfatória. Eu acho que cabe, sim. É pertinente a colocação que a que a Patrícia fez de dar destaque.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:06:49

Então? Pessoal, é sim, mas assim, tudo que for para incluir aqui no documento, eu peço que vocês coloquem no chat, então porque a Bruna tá incluindo aqui para a gente, ela acabou de transcrever aqui, transformar em itens, né? Para a gente poder fechar esse documento (...)

Fernando R. Deli 2:07:07

Sim. Sim.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:07:17

(...) senão a gente não consegue encaminhar.

Fernando R. Deli 2:07:18

Eu fiz uma observação no chat em resposta à Patrícia, acho que complementa porque a Patrícia tinha feito questionamento e acho que ela deve ter na hora que ela passou

os questionamentos por escrito, ela deve ter pautado. Eu dou uma olhada também, tá? E por último, só para fechar.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:07:26

Tá?

Fernando R. Deli 2:07:35

É, não acho que é isso que é da Maíra. Eu já falei, é isso só pessoal, tá pronto?

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:07:39

Tá bom, obrigada. E Hildeni, por favor, seja breve, tá? A gente vai começar aqui a votação.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:07:41

Até uma questão de ordem. Eu quero. Eu quero também salientar porque está cometendo crimes administrativos com a Prefeitura e os órgãos que estão aqui na reunião pela precaverização, não estão debatendo com a população, não está conversando sobre as dúvidas que a população está criticando e eu quero que registrem ata sobre a precabilização e a omissão dos departamentos públicos referente ao que está sendo debatido hoje. Muito obrigado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:08:23

Obrigada. Ulisses pra fechar e depois a gente não vai ouvir mais nenhum inscrito, tá?

Ulisses Queixada 2:08:31

Camaradas, foi aqui citado um outro empreendimento. É que eu lembrei de uma coisa, é por um acaso, esse empreendimento atual ou atual o aterro, ele também tem compensação de operação? Porque a compensação de ampliação é uma coisa, é quando vai é implantar, perdão, compensação de implantação e a compensação de operação? Porque o impacto é de um turno com maquinário, com gás, com tudo. Até porque se pretende se ampliar ainda mais a área, existe, em existindo o impacto de operação quanto é e para onde vai isso? Porque, reitero, este recurso tem que ficar em São Mateus e na região de Mauá e Zaíra (Jd. Zaíra), e este recurso deve ficar aqui,

que agora me bateu essa questão se há ou não esse recurso e para onde está indo? Obrigado.

Beth - Instituto Pólis 2:09:41

Danuta uma pergunta, você colocou a minha questão de recomendação, de destinar para aterros, não, o outro ponto, o outro ponto (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:09:46

A gente a gente tá vendo isso agora, a Beth tá a Bruna que tá vendo aqui, eu to vendo com ela porque eu não estava vendo. Não, eu não vi nenhum.

Beth - Instituto Pólis 2:09:56

(...) destinar para aterros emergenciais. Eu fiz como uma recomendação, ao invés de ampliar esse.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:10:01

Pronto, vamos fazer uma pausa aí na reunião de 10 minutos pra gente atualizar o documento e aí a gente volta, tá? Em 10 minutos.

Beth - Instituto Pólis 2:10:11

Tá bom, obrigada.

Eleni, Jurubatuba Mirim 2:10:14

Eu estou escrevendo, tá só mais uma coisinha.

Beth - Instituto Pólis 2:10:27

Então a gente volta às 4:32. É isso, Danuta?

Liliane Neiva Arruda Lima 2:16:36

Bruna é você está colocando. Vamos só organizar aqui as falas aqui das pessoas, dos conselheiros e das conselheiras que eu estou vendo que você está digitando aqui colocando Patrícia. É bom deixar bem esclarecido aqui na pauta que a Patrícia ela não é conselheira, e sim da parte da população, o Fernando também faz parte da

população. E quem for os conselheiros, você coloca: conselheiro titular, e o conselheiro: suplente. E quem não é conselheiro você vai colocar é, por exemplo, tá a Patrícia Sepe entre parênteses (população) tá? Porque aí na hora que a gente deixar isso bem claro, é, quem for ler também futuramente vai entender que não é só conselheiro que esteve aqui na reunião e também não foi só conselheiro que esteve fazendo a manifestação, tá pra deixar bem organizado isso, tá? Danuta, por favor.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:19:24

A gente está em uma pausa de 10 minutos, quem perguntou.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:29:46

Pessoal, a gente ainda tá mexendo aqui, tá? Ainda falta algumas coisas a serem consideradas e a gente já vai voltar logo mais.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:29:58

Perfeito.

(Pausa na reunião)

Danuta Maria de Mattos Vassão 0:55

Beth, eu não estou encontrando o seu comentário, não sei se você está ouvindo pra gente incluir, pra gente incluir aqui. Se você puder mandar de novo, porque subiu muito a mensagem, as meninas acabaram não encontrando.

Beth - Instituto Pólis 1:01

Estou ouvindo, estou aqui. Espera aí, eu vou, vou mandar tá só um pouquinho que eu estou procurando aqui um segundo. Tá, já achei. Deixa eu ver. Espera aí.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:34

É o seu, o seu é para colocar nas considerações?

Beth - Instituto Pólis 1:35

São? É, e esse é o seu é. Espera só um minuto.

Danuta Maria de Mattos Vassão 1:39

“Considerando que o PGIRS aprovado em 2014” é? Elas acharam? Então a gente vai por nas considerações, tá?

Beth - Instituto Pólis 1:44

Aprovado em 2014. Exato. Tá, e aí, certo? Obrigada. A outra coisa é aquela recomendação de, ao invés de ampliar, destinar emergencialmente, né? Até se implantar de fato uma coleta de 3 frações que retire, né paulatinamente, os orgânicos pra compostagem, os recicláveis pra reciclagem. Enquanto isso (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:13

Ah, tá, espera aí, espera aí, calma aí. Você escreveu isso também porque senão eu não vou conseguir, não. Ah, então escreve pra gente, por favor.

Beth - Instituto Pólis 2:17

Não, isso eu não escrevi, querida. Desculpa. Como é que eu escrevo? Já vou escrever já.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:28

A minha questão de ordem foi levado em consideração ou não? Só para eu saber.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:36

Se ficou escrita como sugestão pra entrar no texto aí no chat, as meninas pegaram, se não, não.

Hildeni Antonio Gomes Junior 2:44

Sim, coloquei no chat a questão levantada que eu não falei da omissão do Conselho, mas sim das autarquias e da própria Prefeitura disse.

Danuta Maria de Mattos Vassão 2:57

E você sugere que isso entre onde no documento?

Hildeni Antonio Gomes Junior 3:01

Nas Considerações porque foi debatido só a população e os e os munícipes, em gerais zonas da cidade e a omissão e a precarização da autarquia da Prefeitura, das políticas públicas e da questão do debate, porque em nenhum momento eles querem.

Danuta Maria de Mattos Vassão 3:25

Peço que você escreva, porque assim falando assim eu não vou conseguir, eu estou mexendo já nas coisas que o pessoal contribuiu, aí eu não consigo te ouvir ao mesmo tempo, tá? Então eu peço que você escreva que as meninas estão fazendo o trabalho de pegar e incorporar o documento.

Beth - Instituto Pólis 4:34

Danuta, já escrevi, tá? Se você puder me confirmar que você escutou que eu coloquei ali no chat a recomendação, por favor.

Bruna Regina de Jesus 15:08

Oi, Vilma. Você quer falar alguma coisa?

Gladys 15:34

Eu gostaria a minha primeira vez que eu participo dessa reunião, e eu gostaria de fazer uma consideração, eu deveria ter feito antes, mas como foi a minha primeira vez aqui? É possível?

Liliane Neiva Arruda Lima 15:52

Oi, Cleide, é porque já fechou as considerações. Ela tá só agora só formalizando, tá bom? Aí a gente deixa pra próxima, por gentileza, obrigada.

Gladys 16:00

Deixa eu só fazer uma pergunta, então.

Bruna Regina de Jesus 16:01

É, a gente está num momento de pausa. Vilma, desculpa pela demora que a gente está arrumando o texto.

Gladys 16:04

Eu entendi. Eu só quero saber. Só uma pergunta é só uma perguntinha, é, eu fiz umas considerações no chat. Elas estão sendo consideradas?

Liliane Neiva Arruda Lima 16:18

Sim, o que está, o que está no chat.

Bruna Regina de Jesus 16:18

Sim, é exatamente isso que a gente está arrumando o texto agora.

Gladys 16:22

Ah, então tá bacana.

Bruna Regina de Jesus 16:23

Eu peguei aquilo que foi colocado no chat pra gente conseguir incluir no documento.

Gladys 16:29

Bacana, obrigada.

Bruna Regina de Jesus 16:30

De nada.

Beth - Instituto Pólis 17:02

Quanto tempo ainda vocês estão prevendo para entrar em votação para fechar esse documento, por favor?

Bruna Regina de Jesus 17:51

Oi, gente. Vou pedir só mais uns 10 minutos. Está bom para a gente terminar de arrumar o texto.

Hildeni Antonio Gomes Junior 18:00

Sem problemas.

Danuta Maria de Mattos Vassão 22:25

Pessoal, olha, foram muitas contribuições e a gente quer colocar todas, tá? A gente tá negociando aqui um tempo a mais para o Conselho, então a gente quer incluir tudo que foi colocado, tá? E organizar de uma forma porque algumas sugestões foram colocadas é de uma forma que a gente vai ter que readaptar o texto, foram questionamentos, não foram sugestões de mitigação e não cabe aqui nesse documento agora esses questionamentos. Esse documento já tem que ser sugestões do conselho, tá? Então pra a gente ter o tempo hábil, a gente tá conversando aqui pra gente ter um pouco mais de tempo pra manifestação, apesar dessa pressão toda e como a gente já demonstrou que a gente tá dando encaminhamento nisso, que a gente tá com vontade de sim, de levar a manifestação do Conselho. A gente tá conseguindo aqui mais um tempo então a gente vai adequar o documento e a gente vai mandar por e-mail para todos que quiserem. Deixem os e-mails aqui no chat, por favor, todos que quiserem ter acesso. E aí a gente vai estar aceitando, vai estar aceitando as sugestões de alterações, outras sugestões até amanhã à noite, tá? E aí a gente vai ter o fim de semana como tempo hábil para mexer no documento, tudo bem assim? E aí a gente marca uma nova reunião extraordinária com antecedência de 72 horas, tá? Obrigada.

Ulisses Queixada 24:03

De acordo.

Beth - Instituto Pólis 24:05

Só desculpa, Danuta. Eu estava aqui numa outra eu não, eu não vi o começo.

Danuta Maria de Mattos Vassão 24:09

Pera aí, tá? É inscrevam-se pra falar, tá, Beth, pode falar, mas se o pessoal que quiser falar se inscreve.

Beth - Instituto Pólis 24:16

Não, eu não entendi, eu não pude ouvir o começo que eu estava com uma outra ligação aqui e eu perdi, não vai ter a votação hoje, é isso, tá?

Danuta Maria de Mattos Vassão 24:24

É, foram muitas contribuições, a gente quer levar todas em consideração, a gente quer que todas sejam levadas em consideração. A gente está tentando negociar aqui um novo prazo para o Conselho se manifestar então a gente vai pegar contribuições até amanhã meia-noite e aí no fim de semana a gente vai ter para atualizar o documento para depois enviar para o Conselho, é, marcar uma nova reunião extraordinária, talvez a gente já determine a data dessa nova reunião extraordinária hoje mesmo. A gente tem que solicitar com 72 horas de antecedência, né? Aí a gente manda para vocês e aí a gente consegue fazer com maior qualidade e colocando as sugestões de vocês também, tá? E aí (...)

Beth - Instituto Pólis 25:10

E qual é o e-mail para mandar? Se tiver mais sugestões, manda para quem?

Danuta Maria de Mattos Vassão 25:13

(...) Isso, aí deixem os e-mails de vocês aí que a gente vai mandar essa minuta que tem até agora por e-mail para todos. Aí vocês respondem a todos lá, tá bom? Com as sugestões de vocês.

Beth - Instituto Pólis 25:19

Ah, entendi.

Maira Soares Galvanese 25:24

Por isso, é por isso que é importante, é importante que todo mundo tenha feito registro no chat com o nome e o e-mail pra que todo mundo que participou hoje da reunião possa receber o documento, tá bom?

Beth - Instituto Pólis 25:24

Ok, então estamos terminando a reunião, é isso?

Maira Soares Galvanese 25:42

É, a gente tem o Hildeni, a Roseli, deixa eu ver quem tá na ordem da mãozinha aí, Bruna, por favor.

Danuta Maria de Mattos Vassão 25:50

É a Roseli e depois vem o Hildeni, e a Patrícia e o Fernando. Pode falar, Roseli.

Maira Soares Galvanese 25:51

Roseli, tá, tá bom.

Roseli CGPNMCA 25:57

A minha sugestão, hoje eu tive que que trabalhar home-office, né? Mas foi um acordo muito difícil, então eu solicito que seja a partir das 18:00 essa reunião, porque eu não vou conseguir em 72 horas, eu não vou conseguir um novo acordo para trabalhar home-office né? Então, tem que ser fora do horário comercial.

Danuta Maria de Mattos Vassão 26:19

Tá bom, Roseli, perfeito. Não? A gente busca fazer assim à noite. Eu acho que nem todos podem, né? Mas o mais importante são os conselheiros, tá? E aí eu já peço que os conselheiros que estão aqui se manifestem, que dia e que horário, que que podem ou dia que não podem de jeito nenhum. É Roseli, então depois das 18, legal. Pode falar o Hildeni.

Hildeni Antonio Gomes Junior 26:44

A minha consideração do que eu falei em baixo é a questão da justiça climática, tá bom? Porque também vale salientar que também tem a mitigação e a justiça climática, debatido na nossos direitos ambientais, tá bom?

Danuta Maria de Mattos Vassão 27:02

Tá bom Hildeni só que assim, a gente precisa transformar isso numa medida mitigatória, numa proposta de medida mitigatória feita pelo Conselho, tá? Não adianta a gente só falar que isso aconteceu, que isso não aconteceu. É preciso que você explique direitinho onde você acha que isso cabe no documento. É uma medida mitigatória que você tá propondo, é um considerando igual a Beth colocou? É uma coisa a entrar no histórico como contextualização do considerando tá bom? Obrigada.

Hildeni Antonio Gomes Junior 27:26

Eu pus lá: Considerando.

Danuta Maria de Mattos Vassão 27:33

Pode falar, Patrícia.

Patrícia Marra Sepe 27:35

Oi, é não, eu queria fazer 2 sugestões, né? É como a gente, não, a gente não é conselheiro, óbvio, não teria recebido o parecer com antecedência. Então vocês vão mandar até amanhã à noite? Ou vai mandar, só para entender um pouquinho Danuta, né, o quanto a gente pode ajudar, até porque agora, nessa tua fala me lembrou bem que talvez fosse importante o documento também ter sugestões, recomendações de mitigação e de compensação, né separar, ter esse histórico que, foi muito bem construído pelo Fernando e aí ter a divisão entre o que é mitigado e o que é compensado, né? Isso é uma coisa e me desculpe, talvez, a gente ficou quase 3 horas conversando aqui, mas é, eu saio, me desculpe, com, assim, a impressão e o sentimento que tem muitas coisas pendentes ainda, né? O documento tá refletindo, não só assim, recomendações, mas às vezes a gente está pedindo até mais justificativa, né? Vocês falaram desse prazo até o dia 5, né que venceria amanhã é, mas na verdade o não foi da CETESB, é uma questão. O que eu pergunto é, vocês chegaram a comunicar à CETESB o pedido de prorrogação do prazo para esse licenciamento? Vai ter possibilidade de receber até 72 horas? Não sei, por que talvez a gente também talvez tenha um EIA/RIMA diferente, né? Nós lemos, eu li há muito tempo até pra ação um EIA/RIMA que não condiz mais com o que está sendo licenciado, né? Então, se de fato a CETESB, que é a licenciadora, e a quem esse Conselho responde e não à Secretaria, poderia dar um prazo maior? Eu sei que a gente está postergando, mas é, não sei, é minha opinião aí e queria saber se tem possibilidade de a gente começou a conversa dizendo que tinha o prazo de dia 5, então até eu, como já fui servidora é, eu imagino que vocês estejam tendo uma pressão e aí a justificativa é que teve muitas dúvidas nessa reunião eu não sei. E a última coisa, alguém colocou, né da questão de ter audiências. Eu até coloquei lá nas minhas observações as audiências que aconteceram na Câmara o ano passado, elas não podem ser consideradas como audiência e nada porque elas tratavam do PL, o que nós estamos falando agora é da

exigência de audiências para o licenciamento e teriam que ser convocadas pela CETESB, pelo Consema e até pelo próprio Conselho. É isso, tá? Obrigada.

Danuta Maria de Mattos Vassão 30:46

É isso, Patrícia? Então, na verdade, sobre o prazo, né que tem pela resolução Conama de 60 dias, como a gente não recebeu a solicitação de manifestação oficialmente pela CETESB, o Conselho questionou isso e foi enviado esse questionamento sim pedindo um novo prazo, que eles façam tudo conforme o rito da Conama. Só que, como a gente não tem certeza se a CETESB vai acatar ou não isso, a gente tá no ar e a gente não sabe até quando a gente pode se manifestar e eles vão considerar ou eles vão alegar que a gente não se manifestou, e aí vão tocar tudo, entendeu? Por isso, a minha preocupação da gente fechar esse documento e por isso a gente fez toda essa movimentação, porque foi passado para gente, não foi pela CETESB realmente esse prazo de 05/09, e aí disseram que era um prazo da CETESB, depois a gente questionou empreendedor (...)

Patrícia Marra Sepe 31:36

Tá?

Danuta Maria de Mattos Vassão 31:44

(...) na reunião do dia 31 e ele disse que: "Não, não foi a Cetesb foi a gente aqui em conversa com a Prefeitura", então a gente não tem claro de onde veio esse prazo realmente, e aí se corresse o prazo realmente direitinho da CETESB e viesse o documento direitinho da CETESB a gente ia ter que correr também, né? Se a CETESB mandar essa solicitação de manifestação chegar para a gente tipo amanhã, aí vai começar a contar os 60 dias, mas a gente não sabe como eles entendem isso.

Patrícia Marra Sepe 32:11

A última dúvida é porque tem gente em escrita e vocês já participaram, o Fernando mesmo tem experiência, a Anita e vocês. Essa manifestação do Conselho das Unidades afetadas, em geral, vem do licenciador? Ou é o empreendedor que tem que pedir? Porque você acabou de falar uma questão, foi o empreendedor que tá pressionando vocês, mas isso vem de quem?

Danuta Maria de Mattos Vassão 32:41

Na resolução Conama, ele diz que vem do órgão licenciador. Porém eu conversei com colegas assim, que tem mais experiência em licenciamento e que é os órgãos costumam, muitos órgãos costumam aceitar que a manifestação venha diretamente do, que a solicitação de manifestação venha direto do empreendedor, porque é só uma formalização, né da solicitação de informação. Porém, dada essas dúvidas, todas geradas a forma com que eles escreveram na carta a nossa solicitação de manifestação citando Ecoparque, deu abertura muitas dúvidas, né? É por isso que a gente é caminhou até aqui dessa forma, com mais dúvidas do que deliberações. É acho que é isso, Patrícia, que eu tenho para falar.

Roseli CGPNMCA 33:32

Sim.

Danuta Maria de Mattos Vassão 33:33

Vou passar a palavra para o Fernando.

Fernando R. Deli 33:37

É, então eu vou começar por essa, complementando aqui o que a Danuta falou Patrícia. É, na realidade, a Prefeitura acaba sempre aceitando, mesmo quando o empreendedor manda, né? O estado tinha essa prática também, mas pelo que eu tô sabendo, a Fundação Florestal, pela experiência no conselho da APA do Carmo, a Fundação Florestal tá questionando isso e tá pedindo para o órgão licenciador fazer as manifestações, ou, perdão, as solicitações, que é o que tá na Conama. Nós tivemos um problema lá no conselho da APA do Carmo com o empreendimento aqui da Prefeitura, na época o empreendedor fez o pedido, nós respondemos, só que depois, quando a gente foi consultar o processo de licenciamento municipal, cadê? Tinha sido incluído? Não, né? Então, quer dizer, fica aquela história, né? Mas e aí, oficialmente, o que a Conama diz, né? E neste caso específico como empreendedor fez a solicitação toda truncada, né? Toda errada pedindo manifestação do Ecoparque e tal, é um, é, vamos dizer assim, com base nisso, a Danuta fez, o Conselho fez, a Danuta encaminhou esse questionamento a CETESB, porque é mais um motivo para que o órgão licenciador,

né, é então vamos ver o que é que dá. Agora eu ia falar o seguinte, eu acho que o encaminhamento correto Danuta tá feito é, vamos é passar isso para semana que vem então, né? Realmente é uma situação complexa, a única coisa que eu ia te perguntar é o seguinte: vocês conseguiram conversar com o pessoal que tem poder de decisão superior na Secretaria para bancar isso junto a Ecourbis que eles não encaminhem, que eles falaram que vão encaminhar até dia 5, né? Que eles aguardem esse prazo, que vocês estão querendo marcar a reunião na semana que vem tudo mais, o que que você acha?

Danuta Maria de Mattos Vassão 35:36

Sim, a gente pediu esse respaldo. Sim, né dos nossos superiores e eles acataram, falaram que vão nos apoiar nisso, tá?

Fernando R. Deli 35:42

Ah, perfeito.

Beth - Instituto Pólis 35:44

Agora é só um comentário em cima do que o Fernando tá falando. Não é muito estranho que a empresa que vai servir o poder público ela tenha todo esse poder de pressionar e ter que se pedir para o poder público? Que a empresa aguarde, a empresa está nos servindo. A empresa está servindo a sociedade porque os cofres públicos, quem recheia somos nós, cidadãos, sociedade. Não podemos estar serviços da empresa, está tudo errado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 36:01

Tá?

Anita Correia de Souza Martins 36:01

Tá? Pergunta, deixa eu falar.

Fernando R. Deli 36:19

É?

Beth - Instituto Pólis 36:19

Desculpa, Danuta.

Danuta Maria de Mattos Vassão 36:21

A Anita vai te responder, Beth, sobre isso.

Beth - Instituto Pólis 36:23

Está tudo errado agora, com essa assim eu estou. Eu estou chocada, sinceramente, desculpa mesmo. Eu estou.

Anita Correia de Souza Martins 36:27

O Beth é no sábado, no domingo, quando a gente esteve no Parque, quando a gente as pessoas, né? Os presentes questionaram justamente à Ecourbis sobre essa situação do prazo, né? Eu não lembro se foi o Sr. Ângelo ou a Rosa, alguém questionou essa questão do prazo para o empreendedor e o empreendedor deixou claro que essa é uma intenção, uma vontade é e um acordo da Prefeitura com o Governo do Estado, né? Meio que é eu sou contratado, eu sou uma concessionária que presta um serviço para Prefeitura, né? Então, se tem alguma situação aí de é pressão para que o empreendimento aconteça é da própria Prefeitura, tá Beth? Deixar bem claro, o empreendedor é isso.

Beth - Instituto Pólis 37:18

Então é, tem que deixar isso claro. Então a Prefeitura tem que se falar com a Prefeitura pra ter esse prazo.

Anita Correia de Souza Martins 37:22

É. É isso. E aí a gente vendo sim, Beth.

Beth - Instituto Pólis 37:26

É a Prefeitura que fala com a CETESB, fala com o doutor Tarcísio, que no final das contas é quem é o né? É isso? A Prefeitura tem que ver, tem complexidade. A sociedade civil tem que ser escutada, senão é o que que nós estamos fazendo aqui, gastando 3 horas e 20 minutos além de sociedade civil, vocês são funcionários públicos. Respeito

profundamente. Posso me colocar no lugar de vocês, né? Qualquer um pode se colocar no lugar da sociedade ou do governo. Vocês estão fazendo a parte de vocês.

Anita Correia de Souza Martins 37:47

Então, diante disso, Beth, da gente (...)

Beth - Instituto Pólis 38:02

Agora, olhando a questão maior, é essa sociedade civil tem que ser respeitada porque os cofres públicos têm que servir a nosso interesse público, da sociedade, do bairro, da comunidade e não ao contrário, porque senão, tá tudo, a gente sabe que está tudo invertido, mas a gente está aqui lutando para que seja correto. E vocês inclusive, podem até concordar com a gente. Imagino que concordem que são pessoas, funcionários éticos e tal, e sabem que isso é o certo. Então vamos encaminhar o certo.

Danuta Maria de Mattos Vassão 38:38

Obrigada, Beth. A próxima é Vilma.

vilma 38:44

Ô gente, eu vou ser bem rápida, mas uma questão que queria colocar é que eu recebi um convite, que dia 17/09 tá tendo um esclarecimento pra população na Subprefeitura de São Mateus. Então, qual é o meu estranhamento nesse momento? Aí eu fico com meu estranhamento, como querem uma manifestação do Conselho se ainda estamos em caminho de esclarecimento com a população. Quer dizer, esses dias vão chegar e falar: "O conselho aprovou ou não aprovou?" Sabe, não, eu acho estranho isso porque ainda temos dia 17/09 na outra semana, eu acho que, Danuta, eu acho muito positivo adiar, mas eu acho que as coisas têm que ser adiado o maior tempo possível. E se tem ainda um esclarecimento com a população na Subprefeitura, dia 17, eu acho que não pode de jeito nenhum que os conselheiros também tem que escutar o que a população diz. Não dá, na verdade, para ficar, é colocando um parecer dos conselheiros essa semana, tá? A Prefeitura, a Prefeitura estão a favor de quem? Ela responde a nós? Ou ela responde a quem a EcoUrbis? sabe? Eu acho que é isso que eu quero dizer. E eu acho que teria que alegar que ainda tem um processo de esclarecimento com a população e tem que, na verdade, deixar que isso ainda é um

processo. Ainda não estamos em momento de votação. Eu acho que é a minha opinião, tá? Eu quero falar isso com os conselheiros e seria importante até que colocasse essa observação se fosse possível, tá? Obrigado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 40:49

Obrigada, Vilma. É. E o Hildeni? Opa, não. Fernando Deli tá inscrito. Fernando, você vai falar de novo não, né? É o Hildeni mesmo.

Hildeni Antonio Gomes Junior 40:54

Quero levar, quero. Quero levar em consideração que teve uma arbitrariedade da parte da EcoUrbis por pressionar o Conselho aqui, é evidente, com as evidências que a gente tá vendo que querendo ou não, estão atrapalhando a informação e a publicidade vindo da Sociedade Civil referente a esse assunto, sendo que a obrigação legal não é da sociedade civil, mas sim da própria EcoUrbis e também da Prefeitura que faz arbitrariedades, atropelando a lei que foi votada dia 20 de dezembro, desrespeitando a autonomia desse Conselho que está sendo transparente e respeitoso com todos nós, com os interesses privados, não do interesse do bem comum que está estabelecido no Artigo 4º da nossa da Constituição, que está sendo desrespeitado, porque eu, é uma denúncia grave que vou levantar ao do Poder Judiciário referente a isso ao EcoUrbis e a Prefeitura por não ouvir, não conversar com a população. De novo e repito desde as audiências públicas na Câmara, teve descasos, teve precarização de agentes públicos referente a questionamento da sociedade civil, eu quero que seja registrado no Considerando que essas pessoas estão cometendo um crime administrativo de precarização é um crime grave, administrativo. Eles não respondem aos interesses privados, eles responde aos interesses da sociedade civil.

Danuta Maria de Mattos Vassão 42:42

Embora, então.

Hildeni Antonio Gomes Junior 42:51

Eles foram voltados pela população, não por uma empresa privada, sim pela população. Obrigado.

Danuta Maria de Mattos Vassão 43:08

Ah, desculpa, é obrigada, pessoal. Então a gente encerra aqui nossa reunião com esses encaminhamentos de enviar vocês até amanhã essa minuta com as adequações que vocês colocaram. E a gente recebe até amanhã à noite? Não, até hoje, a gente manda até segunda-feira. É que eu pensei na gente incorporar, é a reunião segunda-feira, entendeu? Teoricamente, amanhã já é sexta-feira, né, pessoal? Pera aí, vamos fazer uma conta rápida aqui de tempo também. Aqui, pessoal, ó, a gente manda para vocês até amanhã, vocês têm o fim de semana para trabalhar nisso, nossa reunião será na segunda-feira à noite. A gente já está definindo aqui, alguém é do Conselho não pode segunda-feira à noite? É muito importante que vocês participem.

Beth - Instituto Pólis 44:22

Que horas, por favor?

Danuta Maria de Mattos Vassão 44:25

Oi, quem tá falando?

Beth - Instituto Pólis 44:26

Beth, que horas você falou que vai ser?

Danuta Maria de Mattos Vassão 44:28

19 horas, tá?

vilma 44:31

A reunião de segunda vai ser pra quê?

Patrícia Marra Sepe 44:32

É? É, então.

Danuta Maria de Mattos Vassão 44:35

É uma nova reunião, dessa, igual a essa, mas para aprovar realmente só que aí já com as sugestões de vocês incluídas.

vilma 44:42

Gente

Beth - Instituto Pólis 44:43

É pra voltar, né? Não, não necessariamente aprovar, né?

Danuta Maria de Mattos Vassão 44:45

É isso, para votar.

vilma 44:48

Mas não dá para vocês esticarem a gente terminou de falar agora que ainda está em tempo de esclarecimento ainda, vocês vão marcar 3 dias, 4 dias depois, para justificar a Prefeitura? Eu acho que é um desrespeito ainda.

Danuta Maria de Mattos Vassão 44:49

Isso, votar a manifestação.

Danuta Maria de Mattos Vassão 45:02

É, é, Vilma é o que a gente tem apresentado, essa lógica que a gente apresentou para você até agora para vocês. A gente, não gostaria de fazer dessa forma, mas a gente também não tem certeza se a CETESB vai dar mais prazo para gente, a gente pode continuar questionando a CETESB, se vocês quiserem.

vilma 45:19

Mas se falaram que a CETESB não pediu, não foi de maneira oficial, e sim oficioso. É esquisito, né?

Danuta Maria de Mattos Vassão 45:24

É, é o que a Patrícia falou, né? Não foi? É, não foi.

Patrícia Marra Sepe 45:29

Danuta, posso dar uma sugestão? Porque assim não sou conselheira, mas assim posso dar uma sugestão: eu acho que esse Conselho hoje deveria fazer um documento, uma

solicitação ao Secretário do Verde e à EcoUrbis dizendo que não vai emitir o parecer enquanto não vier oficialmente a convocação da CETESB para esse parecer e um EIA/RIMA atualizado, porque senão você está jogando desculpa, Danuta, mas a coisa que a gente não aprovou hoje até segunda-feira não vão vir é resposta aos novos questionamentos.

vilma 46:09

Isso.

Danuta Maria de Mattos Vassão 46:11

Pessoal, se vocês tiverem de acordo, vocês são o Conselho, tá? Eu só encaminho e presido. É sim. Não, você não é, mas...

Patrícia Marra Sepe 46:15

Eu não estou, eu só estou. Eu só estou sugerindo porque está jogando com a barriga

Danuta Maria de Mattos Vassão 46:21

Conselheiros presentes.

Beth - Instituto Pólis 46:23

Não, eu. Eu também acrescentaria o que a Vilma tá insistindo, que se tem uma escuta à sociedade dia 17 tem que ter uma coerência, gente. Então, pelo menos que depois do dia 17 ela tem que levar em conta isso que ela tá falando.

vilma 46:24

A única coisa que eu.

Danuta Maria de Mattos Vassão 46:29

Tá?

vilma 46:34

Lógico.

Danuta Maria de Mattos Vassão 46:35

Pessoal, tá bom? É conselheiros, por favor, se manifestem sobre isso, tá? Roseli, pode falar.

Roseli CGPNMCA 46:45

Eu sou a favor, né do que a gente se manifeste é já na segunda-feira, a questão é que a gente viu que ainda está faltando muito esclarecimento sim, né? A gente tem que exigir essas audiências públicas não tem que ser só uma, né? A gente precisa muito também da contribuição da Patrícia, da Beth, da Vilma, das pessoas que moram, porque a gente precisa acrescentar mais conhecimento e a partir de mais conhecimento, é que a gente pode é a participar dessas audiências públicas com mais conhecimento de causa e são elas que vão determinar muitas coisas, né?

Danuta Maria de Mattos Vassão 47:37

Então espera aí, você é a favor dessa manifestação que a Vilma citou que a Vilma citou. Não?

Roseli CGPNMCA 47:40

Essa manifestação do CADES, o CADES também é um conselho consultivo. Não estou tirando a importância dele, não, tá? Mas ele também é consultivo, assim como nós, tem a mesma importância do nosso Conselho, mas ele também.

Danuta Maria de Mattos Vassão 48:01

Sim.

vilma 48:01

Mas ele está aberto a população. Ele está aberto a população.

Roseli CGPNMCA 48:04

Sempre, sempre qualquer, qualquer, qualquer reunião e Conselhos de Gestor é aberta. A população é por lei (...)

Danuta Maria de Mattos Vassão 48:06

Esse aqui também é aberto à população.

vilma 48:09

Mas na verdade. Eu sei gente.

Danuta Maria de Mattos Vassão 48:17

Espera aí, deixa, deixa a Roseli falar, Vilma, por favor. Depois você se coloca de novo.

Roseli CGPNMCA 48:22

Qualquer reunião dos CADES e dos Conselhos Gestores são abertos à população.

Danuta Maria de Mattos Vassão 48:30

Tá, mas só me deixa entender, Roseli, você então é a favor que a gente vote essa manifestação na segunda?

vilma 48:39

Posso falar?

Danuta Maria de Mattos Vassão 48:40

É, se inscreve, por favor, Vilma. A próxima tem algum outro conselheiro? A gente vai dar prioridade para os conselheiros falarem, porque o tempo está acabando. A gente tem que sair, olha Norma, por favor.

Norma Arata 49:00

Eu concordo com a Roseli, né? Que a gente foi, fale com a CETESB, que são muitas dúvidas, muitos questionamentos, né? São quase 3 horas e meia, né? Que é, esteja, receba as dúvidas dos moradores da população em audiências públicas, em reuniões, né? Assim e logo que a que a que o licenciador apareça que é a EcoUrbis apareça, que a Prefeitura apareça esclarecendo a população, porque são muitas dúvidas, mas eu concordo com a Roseli.

Danuta Maria de Mattos Vassão 49:49

Mas espera aí, Norma a Roseli, ela quer votar a manifestação e você está falando de questionar a CETESB e são coisas diferentes, tá? Você está concordando com a Patrícia, né?

Norma Arata 49:57

Não, não. A gente não pediu. A gente não pediu a prorrogação de prazo porque são muitas dúvidas. E são muitas contribuições e a população também, nós estamos 3 horas e meia ainda estamos questionando, então eu concordo com a Roseli.

Patrícia Marra Sepe 50:17

E o que que vai mudar Norma até segunda-feira?

Danuta Maria de Mattos Vassão 50:18

Mas Roseli me corrige aí, mas.

Norma Arata 50:23

Sim, mas vocês estão sugerindo depois do dia 17, né?

vilma 50:25

Ô Norma você quer que vota segunda ou depois de segunda? É isso que estava se perguntando?

Danuta Maria de Mattos Vassão 50:33

É a Roseli quer que vote na segunda a manifestação, essa que a gente mexeu hoje. Entendeu? Vai pensando, eu vou dar a palavra para o Ulisses, tá?

Norma Arata 50:42

Mas a CETESB vai considerar?

Danuta Maria de Mattos Vassão 50:50

Não temos como saber da CETESB, pode falar, Ulisses.

Ulisses Queixada 50:56

Camaradas, Roseli, Norma é o que a companheira Patrícia e a companheira Beth, trouxeram é importante porque, imaginem só, nós já fizemos um documento junto ao Conselho com a equipe toda, enviamos pra EcoUrbis. Ela nos deu algumas respostas, outras não e eu sou capaz de apostar, é que eu não sou homem de aposta eu apostaria se eu fosse, que também não vai dar nenhuma resposta até segunda-feira. O que a Patrícia e a Beth trazem é, vamos então esperar o comunicado oficial e foi o que a Danuta trouxe a partir do momento que formos comunicados oficialmente, teremos um prazo de 60 dias, entenderam Roseli e Norma? Então eu voto que sim. Esperemos a notificação oficial para, a partir daí, com as informações que nós temos que nós tivermos, por que não podemos ser intimados a nada sem ter informação! Então, a partir do momento que a CETESB nos é dizer, olha, o prazo é "x" ótimo. Então, com as informações que tivermos, a partir daí, fazemos um relatório. Este relatório discutido hoje já está tomando um corpo muito melhor, porque está sendo feito há muitas mãos e há muitas cabeças de pessoas técnicas e de todo esse corpo que aqui está participando, que é muito importante. Porém, é importante esperar o prazo.

Danuta Maria de Mattos Vassão 52:29

Ulisses, obrigada. Vamos só tentar. Tá esperar o prazo é agora. Rosa que estava, Rosa você vota por esperar o prazo da CETESB ou votar na segunda-feira? Na reunião?

Rosa Apolin - SUB-CT 52:45

Eu acho que vou estar na segunda-feira, Danuta, que a gente já tem um documento, já bem elaborado, né? Agora me admira, sim, é, me admira. Só um adendo é o CADES de São Mateus chamar essa reunião com para fazer apresentação e não chamar o CADES da Cidade de Tiradentes. Tá, porque eu acho assim? São 2 Subprefeituras envolvidas e eu acho que a partir do momento que eles estão pedindo uma apresentação lá, eles deveriam ter me comunicado a Coordenadora do meu CADES, pra ser chamada e comparecer nessa reunião também que a discussão envolve Cidade de Tiradentes também.

Danuta Maria de Mattos Vassão 53:29

Perfeito, Rosa. Vicente, por favor.

Rosa Apolin - SUB-CT 53:30

Só esse adendo

Hildeni Antonio Gomes Junior 53:33

Só um adendo são 3 subprefeituras, Aricanduva também está no meio.

Danuta Maria de Mattos Vassão 53:39

Vicente, por favor, fale sobre o que você deseja encaminhar que a gente. Que vote na segunda-feira?

Vicente Domingos Moreira 53:46

Olha. Para nós, já nos damos os comunicados para CETESB e SVMA não responderam nada. Eu acho que tem que ser feito na segunda-feira e já encerrava essa parte que a gente fica esperando a vontade dele. Eles estão mostrando que eu tenho vontade nenhuma de resolver o problema que se tivesse aqui a pedido de resolver na segunda seria pior.

Danuta Maria de Mattos Vassão 54:13

Está certo, é Norma de novo. Você não queria falar, Norma, posso abaixar sua mão? Ah, pode falar, pode falar.

Norma Arata 54:24

Na manifestação está claro que a gente é contra o Ecoparque está lá bem escrito ali.

Danuta Maria de Mattos Vassão 54:40

Sim, isso ainda tem que ser votado, tá, Norma?

Norma Arata 54:41

Mas lá tá escrito que que nós somos contra o esse Ecoparque, esse nome fantasia que que nós já isso daí está claro. Eu acho que o texto tem, tem, ficou, ficou amadurecido, pode e deve ser discutido com mais gente, mas a gente já tem alguma coisa para não dizer que as se deve de dizer ou alguém, ou a Prefeitura ou o licenciador, dizer que a gente não tem posição nenhuma. A gente tem posição, né? Eu sei, eu concordo com

Roseli, eu concordo com Roseli, é porque o dia que a gente for favorável, aí precisa o Ecourbis e a Prefeitura precisa mostrar todos os dados, todos esses vários dados que a gente está falando, mas com relação ao Ecoparque, a gente é contra.

Danuta Maria de Mattos Vassão 55:43

Tá? É Norma agora, não é o Ecoparque que a gente vai manifestar. Mais uma vez eu vou falar, então olha, gente, a gente vai encerrar a reunião aqui. Os encaminhamentos são, a gente vai é chamar uma nova reunião pra segunda-feira à noite. Todos são bem-vindos. Receberemos as sugestões de vocês por e-mail, mas é, a gente vai dar mais ênfase a votação do documento na segunda-feira. Tá? Não vai receber tantos comentários senão a gente não consegue.

Beth - Instituto Pólis 56:12

Só uma coisa Danuta, vai colocar o documento é só uma dúvida, vai botar esse documento? Conforme a Norma falou que estão se posicionando contra é isso, né? Vai dizer, eu aprovo esse documento que é contra Ampliação do aterro.

Danuta Maria de Mattos Vassão 56:25

Ela falou do Ecoparque, né, Beth?

Beth - Instituto Pólis 56:31

É isso que vai se votar?

Danuta Maria de Mattos Vassão 56:31

Isso é vai, vai aprovar item por item lá do documento, né? A gente vai colocar o que for mais votado. É isso, Patrícia?

Patrícia Marra Sepe 56:42

É, você vai.

Beth - Instituto Pólis 56:43

Ah, não é? O documento na íntegra é item por item. Que vai votar?

Danuta Maria de Mattos Vassão 56:49

Não o principal. O que a gente vai deliberar é se a posição do Conselho é a favor ou contra o empreendimento tá, e aí a gente vai incluir.

Beth - Instituto Pólis 56:59

Então o documento é o quê? Esse documento é pra quê?

Danuta Maria de Mattos Vassão 57:02

É para mandar para o órgão licenciador.

Beth - Instituto Pólis 57:09

Ah, então vamos ver se todo mundo vota contra o empreendimento, aí o documento só vai cancelar isso e se ganhar posição a favor do empreendimento esse documento serve pra quem?

Danuta Maria de Mattos Vassão 57:19

Beth, olha mais uma vez o como a Patrícia já explicou, o Fernando já explicou, eu já expliquei. Esse Conselho é consultivo, o Fernando defendeu lá no início que vocês, se mesmo sendo consultivo, que se posicionem contra ou a favor da maneira que vocês realmente pensam, porque isso fica registrado. É um registro da ação do Conselho, tá? No futuro, as pessoas questionam e vocês podem falar se foram contra ou se foram a favor, por isso é importante se posicionar mesmo não tendo poder deliberativo tá? Pessoal, eu realmente tenho que encerrar a reunião, tá? E aí as dúvidas ficam para o e-mail. Muito obrigada pela participação de todos. Ah, Patrícia estava inscrita também. Eu vou deixá-la falar e a gente encerra.

Patrícia Marra Sepe 58:11

Tá? Não, eu só queria agradecer. Peço desculpas até, mas a gente tá participando do processo, até por conta da ação que a gente moveu, né? Acho que o mandato tem interesse. Eu só queria lembrar a sociedade civil, que pode ser que na segunda-feira é tenha os votos do Governo e vocês não consigam nem aprovar, que é contra o empreendimento, tá? É isso que eu quero deixar claro, eu já. Eu sou servidora municipal, estou afastada, já participei de vários Conselhos e sei que se há pressão do

Serviço Público, muitos é servidores que são conselheiros, talvez não consigam votar contra o empreendimento, tá? Por isso é isso é uma coisa. A outra que é, infelizmente, eu só queria comunicar que nós, enquanto mandato, nós vamos oficializar o juiz e o Ministério Público, porque é, a gente tá entendendo que é totalmente truncado. Primeiro que não, não poderia continuar o licenciamento, era o que tá totalmente contrário a Resolução Conama não veio do órgão que está licenciando a solicitação a esse Conselho. Então eu acho que está bem truncado e é isso, está bom.

Mauricio de Alcantara Marinho 59:35

Está ótimo, pessoal. Perfeito fechou.

Patrícia Marra Sepe 59:36

Tá? Tá mutado, tá?

Mauricio de Alcantara Marinho 59:42

Tá?

Beth - Instituto Pólis 59:43

Você está no mudo Danuta.

Danuta Maria de Mattos Vassão 59:43

Desculpa, é isso mesmo, Patrícia. O Conselho, ele atua até um certo limite e a gente não pode ir além disso, né? Então a gente vai votar na segunda-feira sobre essa manifestação. A gente vai fechar essa manifestação para mandar conforme o rito pede. É, mas pode ser questionado paralelamente, eu venho falando isso pros conselheiros desde início e mesmo com toda essa pressão, E é isso que tem que ser feito. Vocês podem se articular e buscar outras formas de questionar, o que vocês acham que não está certo. Mas, assim, como conselho, a gente tem uma limitação de encaminhar isso por vocês, né? E aí, vocês têm outros meios também, mas eu peço que participem, porque é importante, como a Patrícia falou, que vocês se manifestem e estejam para votar na segunda-feira, tá bom, pessoal? Agora sim vou encerrar, é, uma boa noite a todos, obrigada pela paciência, obrigada pela participação e estou disponível no



WhatsApp, tá bom? Dentro da minha limitação de tempo também, mandem mensagem e a gente vai se conversando. Um abraço a todos.

Bruna Regina de Jesus parou a transcrição